Roraima
Assembleia Legislativa
O Poder do Povo

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 25 de Maio de 2021.
Edição 3461 | Páginas: 27

8ª LEGISLATURA | 60º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICANÇO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Coronel Chagas;
e) Deputado Evangelista Siqueira;
f) Deputado Jorge Everton; e
g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
c) Deputado Neto Loureiro;
d) Deputado Renan Filho; e
e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
c) Deputada Ângela Águida;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:
a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
b) Deputado Jalser Renier – Vice-Presidente;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Eder Lourinho; e
e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Odilon Filho;
e) Deputada Tayla Peres;
f) Deputado Nilton Sindpol; e
g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
c) Deputado Dhiego Coelho;
d) Deputado Gabriel Picanço;
e) Deputado Marcelo Cabral;
f) Deputado Neto Loureiro; e
g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Renan Filho – Presidente;
b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
c) Deputado Betânia Almeida;
d) Deputado Chico Mozart; e
e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
c) Deputado Jalser Renier;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Marcelo Cabral; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Eder Lourinho; e
e) Deputado Gabriel Picanço.

Comissão de Políticas Indigenistas:
a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:
a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
c) Deputado Jalser Renier;
d) Deputado Jorge Everton; e
e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:
a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
c) Deputado Jeferson Alves;
d) Deputado Renan Filho; e
e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva – Presidente;
b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
c) Deputada Ângela Águida;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Evangelista Siqueira.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Evangelista Siqueira; e
e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
c) Deputado Jânio Xingu;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
c) Deputado Evangelista Siqueira;
d) Deputado Jorge Everton;
e) Deputada Lenir Rodrigues;
f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
g) Deputado Neto Loureiro (2º suplente).

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:
a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Chico Mozart; e
e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:
a) Deputado Jalser Renier – Presidente;
b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Renato Silva.

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Projeto de Lei nº 109/2021 02
- Ata da 71ª Reunião da CPI da Saúde Resol. nº 041/2019 03
- Ata da 72ª Reunião da CPI da Saúde Resol. nº 041/2019 17

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 0138 e 0139/2021 27

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: http://www.al.rr.leg.br

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

THIAGO DE SOUZA PADILHA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h,* conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 109/2021

DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE IMUNIZAÇÃO DE GESTANTES, PUÉRPERAS E LACTANTES NO PROGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS-COVID-19, NO ÂMBITO DO ESTADO DE RORAIMA.

Art. 1º. Fica concedido no âmbito do Estado de Roraima, a prioridade de imunização de gestantes, puérperas e lactantes no Programa de Vacinação contra Covid-19.

Parágrafo único: Para efeitos desta Lei, as gestantes, puérperas e lactantes serão incluídas no grupo prioritário do Programa de Vacinação contra Covid-19.

Art. 2º. Ao Poder Executivo caberá a regulamentação desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 19 de maio de 2021.

CATARINA GUERRA

Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

É indiscutível o grau de letalidade do Covid-19! E até meados do ano de 2020, quando quase nada se sabia da doença, muito se acreditava que os idosos seriam os maiores afetados pela mortalidade causada pelo vírus.

O tempo vem passando e a cada nova pesquisa, a cada novo estudo científico, novas possibilidades de agravamento surgem, e em consequência disso, os grupos mais vulneráveis ao vírus aumentam. Hoje, se sabe que o Covid não apenas é um perigo para idosos, mas também para pessoas que possuem algum tipo de comorbidade.

Mais recentemente, identificou-se também como uma necessidade a atenção às gestantes e puérperas, de modo a preveni-las das formas moderadas e graves da doença causada pela contaminação pelo SARS CoV-2. Isso porque, para esse grupo de mulheres, é maior a probabilidade de complicações na gravidez, parto prematuro, abortamento, óbito materno e infantil.

A vista disso, urge a obrigação dos Poderes de adotar ações estratégicas com vistas à redução da mortalidade materna e do bebê. E isso, sem sombras de dúvidas se constitui como uma das prioridades deste Poder Legislativo, não apenas porque temos uma bancada feminina representativa, mas pela importância da mulher no seio da sociedade.

Do mesmo modo, as lactantes merecem o mesmo benefício, haja vista que o leite materno é uma forma de levar um certo grau de proteção aos bebês menores de 2 anos, que além de ainda não estarem sendo vacinados, nem mesmo podem fazer o uso de máscaras em razão do risco de sufocamento.

Somado a isso, é mister reconhecer que vacinar lactantes independentemente da idade da criança, é um incentivo à amamentação prolongada.

Do mesmo modo, muitas gestantes, puérperas e lactantes já retornaram ao trabalho presencial, o que eleva sua exposição ao contágio e também torna sua vida e de seus filhos mais vulneráveis.

Todas as notas técnicas que deixam claro a vulnerabilidade deste grupo de mulheres ao Corona Vírus, estão anexas a este Projeto de Lei, e são corroboradas pelos instrumentos relacionados abaixo:

- Nota Técnica n. 467/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS do Ministério da Saúde;
- Alerta da Organização das Nações Unidas (ONU), que desde o início da pandemia asseverou que mulheres gestantes e puérperas são afetadas de forma mais severa pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2);
- Estudo publicado no periódico médico International Journal of Gynecology - que aponta que 124 mulheres gestantes e puérperas morreram por Covid-19 no Brasil, o correspondente a 77% dessas mortes no mundo, ou seja, morreram mais mulheres grávidas ou no pós-parto no Brasil do que em todos os outros países somados;
- Dados do Ministério Público da Saúde por meio do "Protocolo de Manejo Clínico do Covid-19 na Atenção Especializada" – declararam que em gestantes, devido adaptações fisiológicas ou eventos adversos na gravidez, certos sintomas podem se sobrepor aos sintomas da Covid-19, tornando ainda mais necessária essa prioridade de vacinação;

- Nota Técnica n. 1/2021-DAPES/SAPS/MS (Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Secretaria de Atenção Primária à Saúde) - que dispõem que as gestantes que se enquadrem nos critérios devem ser vacinadas conforme o calendário de vacinação dos grupos prioritários disponíveis no Plano Nacional de Vacinação contra COVID-19;
- Parecer favorável da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) - aos Projetos de Lei n. 1405/2021 e n. 930/2021, da Câmara Federal e do Senado, respectivamente, que tratam da inclusão das gestantes e puérperas como grupo prioritário para imunização por meio da vacina para a COVID-19 e a necessidade de vacinação deste grupo de mulheres imediatamente após a vacinação de pessoas idosas.

Importa trazer ao conhecimento da sociedade, que de acordo com o Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19 (um painel dinâmico que utiliza as notificações de casos de gestantes e puérperas com SRAG realizadas no sistema oficial para esse registro, o SIVEP- Gripe) Roraima é o Estado com a maior porcentagem (63,33%) de mortes em relação ao número total de notificações de Síndrome Respiratória Aguda (SRAG) ligada à Covid-19 entre grávidas e puérperas.

Todos estes dados e números nos sensibilizaram, já que dimensionam a necessidade de rápida e eficaz imunização deste grupo de nossa população Roraimense, especialmente, por serem responsáveis em trazer novas e preciosas vidas ao mundo.

Não obstante, é importante pontuar que estudos realizados apontam a segurança das vacinas Pfizer e Coronavac em gestantes e puérperas, bem como os benefícios no que diz respeito à redução das internações e óbitos destas mulheres.

Assim, pelo exposto, conto com os Nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, garantindo que nossas gestantes, puérperas e lactantes sejam vacinadas e protegidas prioritariamente contra a infecção deste perigoso, e, em muitos casos, letal vírus.

Palácio Pinto Martins, 19 de maio de 2020.

CATARINA GUERRA
Deputada Estadual

ATAS

ATA DA 71ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

Às nove horas e dezenove minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, sob a presidência do senhor Deputado Coronel Chagas, deu-se a septuagésima primeira reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos da Resolução n. 041/19 e alterada pela Resolução n. 044/19, nos termos da Resolução n. 21/2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom dia, senhoras e senhores! Vamos dar início a mais uma reunião da CPI de Saúde, a septuagésima primeira reunião da CPI da Saúde. E, para isso, eu solicito à secretária desta Comissão que proceda à verificação de quórum regimental.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus, declaro aberto os trabalhos desta comissão.

Quero cumprimentar o Deputado Nilton Sindpol, Vice-Presidente da CPI; o Deputado Eder Lourinho, integrante da CPI que está aqui presencialmente; e também o Deputando Evangelista Siqueira, que está acompanhando por videoconferência esta reunião da CPI.

Solicito à secretária que faça a leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Bom dia, senhor Presidente! Por ser de conhecimento de todos, eu solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo nenhuma objeção, acato o requerimento do Deputado Evangelista Siqueira pela dispensa da leitura da Ata e coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Os Deputados que concordarem com a ata da reunião anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Comunico aos senhores deputados que nós temos no Expediente justificativa, apresentada através do seu patrono, quanto ao não comparecimento à reunião da CPI do dia treze de maio da doutora Débora Maia da Silva, doutor André César Coelho Rosa da Silva e doutor Elias Carvalho Sousa. Acho que houve um equívoco, Dr. Elias não teve a sua intimação aprovada por esta CPI, mas junte aos autos a Secretária da CPI as justificativas apresentadas para as ausências na reunião anterior. Era o que constava no Expediente.

Passaremos à Ordem do Dia. Eu comunico aos senhores deputados que nós temos previsto para hoje depoimento de três intimados: doutor André César Coelho Rosa da Silva; doutor Fernando André Martins Ferreira e doutora Débora Maia da Silva, nessa sequência, conforme foi previamente acertado com os depoentes, que já se encontram nesta Casa.

Solicito à assessoria desta CPI que conduza a esta sala, para fins de ser ouvido, o Dr. André César Coelho Rosa da Silva.

Bom dia, Dr. André! O senhor preencheu uma ficha de identificação. Eu solicito que o senhor leia os seus dados, para que possa ficar registrado.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Ficha de Identificação. Nome: André César Coelho Rosa da Silva. RG 247815 SSP/RR. CPF 812.582.402-20. Filiação: Auricelia Mouzinho Coelho e Aldiron Rosa da Silva. Data de nascimento: 1º de novembro de 1987. Médico. Brasileiro. Casado. Residente do bairro Silvio Leite. Essa é a Ficha, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado! Comunico aos senhores deputados que o Dr. André se faz acompanhado do Dr. Andreive Ribeiro de Sousa, advogado inscrito na OAB/RR n. 523-A, endereço profissional localizado no bairro Caçari, Boa Vista-RR.

Dr. André, em primeiro lugar, agradecemos o seu comparecimento, atendendo à intimação desta CPI. Solicito que, toda vez que for responder algum questionamento, faça ao microfone, porque o seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio registrado em CD-ROM e também está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia. O senhor faz alguma objeção a isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor será ouvido como testemunha nesta CPI, que foi instalada para apurar denúncias de irregularidade em diversos contratos realizados pela Secretaria de Saúde com empresas diversas. Entre elas, consta uma prestação de serviços por médicos, plantões realizados, enfim, que é o objeto mais da sua intimação. Como será ouvido como testemunha, é necessário, legalmente, que o senhor preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e responder o que lhe for perguntado. O senhor presta esse compromisso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nós vamos realizar o seu depoimento da seguinte forma: inicialmente, vamos passar a palavra ao autor do requerimento da sua convocação, que é o Deputado Nilton do Sindpol, Vice-Presidente desta CPI, e logo em seguida aos questionamentos que serão feitos por ele. Caso algum outro deputado tenha um questionamento, assim será feito e, ao final dos questionamentos que forem feitos pelos deputados, caso o senhor tenha mais alguma informação que julgue importante para a investigação que esta CPI está fazendo, vai ser oportunizado assim proceder.

Eu passo a palavra ao Deputado Nilton Sindpol, para fazer os questionamentos que julgar necessário à testemunha.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia, Presidente Chagas e deputados Eder Lourinho e Evangelista Siqueira! Bom dia a todos servidores desta Casa, Dr. André e Dr. Andreive!

Como já disse o Presidente, esta CPI foi instalada justamente para nós podermos verificar algumas possíveis irregularidades na Secretaria Estadual de Saúde. E, ano passado, esta Casa Legislativa aprovou a Lei n. 1.439, justamente com o objetivo de poder o gestor da pasta fazer uma melhor distribuição com relação aos profissionais da área de Saúde, contrariamente ao que tinha no contrato da Coopebras, que só poderia contratar médicos e bucomaxilos. Esta Lei ampliou a possibilidade de todos os servidores da Saúde. Chegou até nós, desta CPI, questão de contracheques que nós não conseguimos entender os valores diante... buscamos entender que tem algumas siglas aqui, e o senhor, Dr. André César, verificamos aqui no seu contracheque alguns valores que não conseguimos chegar até eles, e por isso essa convocação, para que possamos esclarecer toda e qualquer eventual dúvida, para que a sociedade do estado de Roraima saiba que a transparência é uma das vigas mestre da Secretaria de Saúde, que nós tanto estamos sendo penalizados. Aqui no contracheque, inicialmente, eu gostaria de saber se o senhor assinou algum contrato com a Secretária de Saúde, porque consta aqui no primeiro contracheque que o senhor é médico efetivo, concursado do Estado de Roraima. Nós temos umas siglas aqui, por exemplo, "sobreaviso da PSS 6", que dá um valor de R$ 52.611,90 (cinquenta e dois mil seiscentos e onze reais e noventa centavos), e a mesma sigla se repete embaixo, na mesma carga horária de 12 horas, com o mesmo valor. Então, inicialmente, eu gostaria que o senhor explicasse

como se dá essas cargas horárias, porque, se trabalha 12 horas, como é que dá a distribuição dessa carga horária? Se é só na unidade do Hospital Geral ou existe outra unidade em que o senhor trabalha?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Bom dia, Deputado. Primeiramente, o senhor perguntou onde eu trabalho. Desde junho ou julho de 2019, não me recordo, eu estou como diretor do Hospital das Clínicas e do Pronto Atendimento do Cosme e Silva. Minha formação é de cirurgião pediátrico, fiz seis anos de medicina, dois anos de cirurgia geral, isso aqui em Roraima, e, depois três anos, em Fortaleza, eu fiz cirurgia pediátrica. Então, para eu ser cirurgião pediátrico, foram ao total 11 anos de formação. Na cirurgia pediátrica, que eu exerço esse papel, no caso do Governo, é cirurgia pediátrica neonatal, onde eu realizo atendimentos quando necessário aos recém-nascidos que, por ventura, precisem de alguma intervenção cirúrgica, seja ela desde uma cirurgia para ter acesso a uma veia profunda, até, eventualmente, uma criança que nasça com o intestino para fora, por exemplo. Nós temos que corrigir imediatamente. Esse PSS6, eu acredito que... eu até cheguei a enviar para esta Comissão, ele se refere à forma de remuneração destes sobreavisos e, se observar, na Portaria que regulamentou, ela é bem clara quando ela fala em sobreaviso. Enquanto em cirurgião pediátrico, nós somos três cirurgiões pediátricos no Estado de Roraima, porém os meus outros dois colegas, eles tinham vínculo apenas com a Cooperativa e, com o final da Cooperativa, eu me tornei, basicamente, o único cirurgião pediátrico com vínculo com o Estado de Roraima, de tal maneira que eu tive que... com ajuda de outros cirurgiões gerais, mas eu basicamente sempre tive que estar disponível para responder a qualquer chamada de parecer de urgência e emergência. Sobre o contrato, o que eu tenho assinado é meu cargo efetivo, não lembro, mas acho que tomei posse em 15 ou 16, enfim, no meu concurso mesmo, como cirurgião geral, ainda, na época. Esses plantões que se repetem, foi porque, só para ficar bem claro, quando se encerrou o contrato com a Cooperativa, a partir do dia 3 de março, não tinha escala da cirurgia pediátrica, cem por cento da escala da cirurgia pediátrica era coberto pela Cooperativa. Então eu fui chamado pelo até então Secretário de Saúde, o Dr. Marcelo. E foi um pedido da Sesau, todo mundo: "vamos cobrir a escala", os RN não podem ficar desassistidos. Inclusive eu estou aqui e nem desliguei meu celular nesse momento, inclusive, porque eu posso ser chamado. Então nós cobrimos a escala sem saber como ia receber por ela, apenas confiando que a Sesau iria conseguir uma solução. O Marcelo informou até então que tinha uma portaria que iria ser lançada e que estava buscando um respaldo jurídico junto à Proge. Saiu o respaldo jurídico, eu, inclusive, mandei para vocês. Eu não entendo muito disso, mas, lá na conclusão, ele fala que é possível isso. E o PSS6 é a sigla que a Sesau deu para o sobreaviso de subespecialidade, ou de especialidade extra, teto de natureza indenizatória. É isso, e foi isso que foi realizado. Porém o contracheque ficou nesse valor alto e pagou esses dois valores, porque, em março, eu não recebi pelo que eu realizei. Quando foi em abril, eu recebi referente aos meses de março e abril. Nós estamos num período de transição e eu acredito que o mais importante é que não ocorra... eu, enquanto médico, eu não poderia deixar que ocorresse a desassistência aos recém-nascidos. E foi pago tudo de uma vez. Esse, realmente, não é o meu salário habitual, foi pago tudo de uma vez em abril e gerou, talvez, provavelmente, essa denúncia que tenha chego até vocês.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Dr. André, o senhor falou que responde pela direção tanto do HC como do Cosme e Silva, certo? E tem os sobreavisos. Então, se soma uma carga horária muito elevada para que um profissional da área da saúde, ainda mais um cirurgião que tem que ter toda atenção, ter todo o zelo, o cuidado, independentemente de se trabalhar com RNs, com recém-nascidos, mas se exige. Então uma das coisas que também nos chamou atenção, além do valor, é essa excessiva carga horária que humanamente não tem como se cumprir, não é? E é óbvio que nós temos que procurar saber do profissional médico, porque a Sesau... Aqui nesta Casa de Leis, foi aprovado, como eu disse inicialmente, esse projeto de lei visando fortalecer a saúde pública do Estado. Mas nós fomos surpreendidos com a questão desses plantões que, realmente, na verdade, se nós somarmos, o mês teria que ter 45 dias. Então é complicada essa carga horária. E aí o senhor falou que não recebeu o mês de março, por isso se deu esse valor absurdo. Eu gostaria que o senhor explicasse aqui à Comissão, por exemplo, o senhor é o diretor do HC e do Cosme e Silva, então, em tese, o senhor trabalha durante o expediente normal, não é?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Das 7h às 19h.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Das 7h às 19h. E como se dá essas outras obrigações por parte do senhor como cirurgião?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Se o senhor olhar, eu acredito que vocês já devem ter solicitado à Sesau, e provavelmente esteja no sistema... no período noturno principalmente, onde está minha disponibilidade para o sobreaviso na maternidade. E acredito que vocês, os senhores, desculpa, vão ter o trabalho de identificar os sobreavisos realizados. Não chocam com outra carga horária e, uma vez sendo referente a março e abril, eles realmente encaixam dentro do mês. Eu... nenhum momento está sendo cobrado dois plantões, dois sobreavisos no mesmo horário, foi tudo realizado com intuito principal de não provocar a desassistência. Estamos em um período de transição. Enfim, eu fiz o que podia ser feito nesse período de transição em que o Estado fazia há vinte anos o mesmo modelo e agora acredito que a Sesau esteja procurando solucionar, inclusive porque, realmente, a longo prazo, o senhor fala que é humanamente impossível, mas é uma coisa que eu não tenho escolha, inclusive, hoje ainda. Mas eu acredito e espero que seja um período de transição, porque, em um curto prazo, a Sesau terá uma solução, até para que os meus outros dois colegas possam voltar efetivamente a prestar o trabalho de cirurgião pediátrico, juntamente conosco.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Dr. André, nós verificamos aqui através dos seus contracheques, que o senhor teria, em tese, dois cargos efetivos. O senhor confirma isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Dois cargos efetivos? Não, senhor, eu só tenho uma matrícula.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas é porque aqui nós temos dois valores diferentes e eu queria que o senhor desse uma olhada nisso, por gentileza.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – O senhor vê a mesma matrícula, mas eu realmente não entendo como a Sesau... o senhor tem que ver como eles... como foi feito esse contracheque. Mas a matrícula é a mesma, é o mesmo cargo. Eu não tenho dois vínculos com a Sesau, tenho apenas um. Esse aqui. Agora por que eles fizeram assim, eu não sei, porque não foi colocado aqui... não sei, eu não entendo disso. Eu só sei que eu trabalhei e esses foram os valores que se acumularam.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Os valores dos dois meses então, os meses de março e abril?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Esses foram os valores dos meses de março e abril. E, se o senhor dividir por dois, ainda assim é um valor alto.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, aqui dentro desse contracheque, já se encontra a questão da direção, da função gratificada?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim, senhor. Essa aqui, FCT 001/93. Essas gratificações por direção, acho que tudo saiu junto em abril. Acredito que enviei aos senhores o meu contracheque de março e, se os senhores observarem, lá está apenas a base. Então tudo, inclusive as gratificações, caiu tudo junto no contracheque de abril. Foi a forma administrativa que Secretaria de Saúde utilizou.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Porque, justamente, Dr. André, nós temos aqui o valor unitário do plantão e essa carga horária, como falei agora há pouco, somando a quantidade de plantões, daria uma carga horária excessiva e ultrapassaria, inclusive... o mês teria que ter mais de 40 dias. Então, por conta desse equívoco da Sesau no contracheque, foi o que gerou esse valor, segundo vossa pessoa. O senhor tem algum outro vínculo com algum município ou instituição de saúde privada no Estado de Roraima?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Instituição de saúde privada, não, mas eu sou servidor da Prefeitura Municipal de Boa Vista, sou cirurgião pediátrico lá, contratado; lá não é concurso, é contrato.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E como se dá essa prestação de serviços, já que o senhor é diretor do HC e Cosme e Silva?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Quando eu fui chamado para ser diretor, na época, pela Secretária Cecília, convidado por ela, uma das coisas que conversamos era que "eu estou diretor, mas eu sou cirurgião pediátrico" e foi para isso que eu me preparei a vida toda. Então, uma das coisas que eu falei era que, nas minhas segundas-feiras, eu estou de sobreaviso no Hospital das Crianças. Se o senhor observar, acredito que... a não ser se eu estive de folga lá, não há nenhum plantão nem na minha escala e nem nada nos dias de segundas-feiras, que são os dias que eu me dedico ao Hospital da Criança, que também precisa de cirurgião pediátrico. Somos apenas três para todo o estado de Roraima, tanto é que no Hospital da Criança há cirurgiões gerais que nos ajudam na escala e na maternidade também, porque nós somos somente três. E lá eu desenvolvo minhas atividades nas segundas-feiras, onde eu fico de sobreaviso e, geralmente, eu fico de terça-feira a sexta-feira, durante o dia, via de regra, é onde eu estou, vamos dizer assim, 100% mais à disposição da direção, porque nós sabemos que direção é a qualquer momento que precisar. Meu telefone nunca está desligado. Ainda no mês de março, se o senhor olhar, mas foi pago em abril, tem aí o PSS1 que, dentro do próprio HC... eu não lembro quantos foram, talvez tenha, eu não sei se foi pago ou se não foi pago, tenho até que ver... aqui, PSS1 de seis horas. Eu realizei, não vou lembrar quantos, em algumas manhãs que não tinha ninguém para prescrever, porque eu, repito, o mês de março foi talvez o pior mês, foi o mês da transição, em que não tinha as

portarias regulamentando e que os pacientes não podiam ficar desassistidos. E eu também sou cirurgião geral, embora pouco exerça, mas alguém tinha que ver aqueles pacientes que ali estavam, porque nem todo mundo ainda, nem eu inclusive, tinha entendido como as coisas iriam funcionar. Mas, em confiança de que iria se resolver, eu fiz algumas manhãs dentro do próprio HC, alguns plantões lá. Mas foram poucas manhãs e só no mês de março; graças a Deus, em abril conseguiu resolver melhor e eu não precisei mais trabalhar em nada como cirurgião geral. Mas é basicamente isso. Eu tenho que me ater a responder as perguntas, mas eu só queria que ficasse claro, que tudo que está aqui foi exercido e que tudo que está aqui foi trabalhado. E eu acredito que isso está ocorrendo por esse período de transição; se Deus quiser, a Sesau vai conseguindo cada vez mais condições mais duradouras, vamos assim dizer.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Dr. André, o objetivo principal dessa CPI, justamente, é colaborar para que a saúde pública do Estado de Roraima seja de excelência, justamente para que nós possamos, quando um cidadão chegar em uma unidade hospitalar, seja na capital ou no interior, ele tenha o atendimento por um profissional médico e que seja atendido a contento. Você, como profissional, sabe que, na última década, vamos colocar assim, sabe que a saúde tem sofrido muito com falta de materiais. Você é cirurgião e sabe do que nós estamos falando. Nós aqui, durante esse trabalho, verificamos essas situações também e precisamos, sim, que a saúde pública melhore. Agora, como que nós vamos fazer isso? Buscando realmente esclarecer toda e qualquer eventual situação que surja, como nós estamos aqui buscando essa verdade, para que a população do nosso estado, que é tão carente... a saúde pública é objeto de muitas críticas e nós recebemos uma enxurrada de denúncias diárias. Por quê? Justamente porque a demanda é substancial, ainda mais com relação às cirurgias que estão suspensas aí por algum tempo. O senhor também atua no hospital materno infantil, na maternidade do nosso Estado?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim. Esses PS6 todos são de lá da maternidade, de onde eu presto serviço aos recém-nascidos.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Certo. E, nesse seu plantão de sobreaviso, por exemplo, se surgir uma demanda no Hospital Geral, como cirurgião geral, o senhor também pode ser acionado para, digamos assim, atender esse paciente?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Deputado, não existem recém-nascidos no Hospital Geral, e lá tem uma escala.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Não, eu digo como cirurgião geral.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Posso, poderia, se eu tenho competência para isso, se eu estou habilitado.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Não, competência o senhor tem, na escala.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Na escala? Não, eu não faço parte da escala do HGR.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Não faz parte?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Só lá na... ah, tá! Porque, como o senhor falou aqui na sua outra especialidade, que é cirurgião geral, e geralmente as demandas lá no Hospital Geral são grandes né?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Essas manhãs que eu lhe falei ocorreram no próprio Hospital das Clínicas, que lá há leitos de internação de cirurgia geral.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Certo, certo. Então o senhor não trabalha no Hospital Geral?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, senhor.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – E essas escalas, nesses meses de transição, Dr. André, elas foram disponibilizadas a vocês a tempo para que os profissionais médicos pudessem se adequar a essa, digamos, nova fase da Sesau, em transição, cooperativa, e a Lei 1.430? É isso, 1.439.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Desculpe, o senhor quer saber se a escala foi disponibilizada a tempo? As nossas escalas?

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É, para que os profissionais, já que são bem escassos, pudessem se adequar a este novo momento, não é? Justamente para que não houvesse uma sobreposição de possíveis escalas médicas.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Deputado, na verdade, o que eu posso falar é em relação à minha escala, que eu tenho conhecimento próprio. Na verdade, nós chegamos na situação, como eu falei mais cedo, que dia 2 ou dia 3 de março eu estava no gabinete do Secretário Marcelo. E, dos 7, porque somos 3 cirurgiões pediátricos e 4 cirurgiões gerais que atuam desde 2012, inclusive, à época, os outros dois cirurgiões pediátricos são mais antigos do que eu, vamos dizer, ajudaram, deram treinamento, para que eles pudessem ajudar na escala, porque é quase impossível se compor uma escala só com dois profissionais. Então nós éramos 7 que compunham essa escala e nós nos vimos numa situação que dia 3 eu iria ter um cirurgião geral a menos, porque ele tem vínculo de cirurgião geral só que é seletivado e não poderia fazer nada parecido com indenizatório, com extrateto, e os outros dois cirurgiões pediátricos, repetindo, eles têm dois vínculos públicos em outro local que não a Sesau. Então ela foi feita... basicamente, fomos chamados, na época da reunião, fui eu e outro cirurgião geral, e foi um pedido da Secretaria: "pode fazer, pode cobrir, por favor, não deixem desassistidos, que nós vamos resolver". E foi o que nós fizemos. Nós cobrimos, nós fizemos o serviço, nenhuma criança foi a óbito por desassistência da parte da cirurgia pediátrica neonatal, chamavam para o que fosse e nós íamos, porque o cirurgião pediátrico não faz, vamos dizer, a parte do cérebro, osso e coração; todo o resto é conosco, parte do abdômen, parte urológica, parte proctológica do recém-nascido, o acesso vascular, que é o problema mais recorrente, principalmente nos prematuros. E, nós enquanto cirurgiões, eu cirurgião pediátrico e o pessoal da geral, nos comprometemos a ajudar e a cobrir a escala, que foi o que nós fizemos, a cumprir da maneira que desse... enfim, estar *full time* à disposição caso houvesse alguma necessidade.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Ok, doutor. Dr. André, sobre essas escalas de sobreavisos, vocês têm o conhecimento da escala, ficam cientes, claro. E aí, como que se dá o controle? É só a escala? "Dr. André, você está aqui nesses dias e horários nessa escala de sobreaviso" – é somente assim que funciona a escala de sobreaviso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – É porque o plantão de sobreaviso ou o plantão a distância, ele é regulamentado, inclusive, pelo Conselho Federal de Medicina, é um plantão no qual o profissional fica de prontidão a responder, desde uma orientação telefônica, mas principalmente, no caso da cirurgia, a comparecer ao local e fazer o que tiver de ser feito. O controle é, basicamente: quando é acionado, tem que ir lá e realizar. Se o senhor está querendo saber se há uma folha de ponto, não há, porque não é plantão presencial; porque, quando eu assino um ponto, eu estou dizendo que eu estou assinando lá a entrada e estou ficando lá; e quando eu saio, eu assino que eu estou saindo. Mas esse plantão não funciona assim, ele é um plantão de sobreaviso, eu estou à disposição para responder a qualquer chamada. Isso, Deputado, é muito comum em algumas subespecialidades, em que, não só em Roraima como no Brasil inteiro, não tem tantos profissionais assim, como, por exemplo, cirurgia pediátrica, neurocirurgias, talvez cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia torácica, enfim, algumas que tem menos. Então o controle é basicamente pela escala em si e deve ser respondido conforme solicitado, e quem, vamos dizer, a unidade faz um controle talvez maior disso, sabe que o serviço está acontecendo através da direção geral, principalmente direção técnica, que é a responsável legal pelo cumprimento fiel dos serviços médicos.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Perfeito, Dr. André. Eu pergunto se o senhor tem mais alguma coisa para colaborar com esta CPI...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Nilton...

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Eu só não tinha mandado entregar para os senhores o extrato do pega-plantão. Aí, tá? Já está na rede, mas eu já imprimi e estou entregando aos senhores.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Quem é que realiza esse pega-plantão, Dr. André? Quem é que faz essa fiscalização aqui? Eu até desconhecia essa questão. É a equipe da Sesau?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – É a equipe da Sesau. É um programa que fica na rede, inclusive, os plantões. Fica *on-line* para quem quiser.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Dr. André, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Presidente, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, eu, Deputado Nilton, quero registrar a presença da Deputada Lenir Rodrigues, Deputado Renato Silva. Então nós temos, nesse momento, seis deputados participando da reunião, dos sete membros da comissão.

Eu vou fazer alguns questionamentos também ao senhor, Dr. André. Talvez o senhor já tenha respondido algum desses questionamentos, mas eu vou fazer de forma bem objetiva e espero que, também, o senhor seja bem objetivo nas suas respostas.

O senhor é servidor efetivo apenas ou também é seletivado da Sesau?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Apenas um vínculo com a Sesau, efetivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor está lotado, pelo que eu entendi, lá no Hospital das Clínicas e tira plantão na Maternidade, procede?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Procede.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem algum outro lugar

que o senhor tira plantão no Estado?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, senhor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nas unidades de saúde do Estado, né? O senhor informou também que o senhor tem um contrato seletivo com a Prefeitura Municipal de Boa Vista?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não é seletivo, é um contrato de necessidade, não houve seletivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Esse contrato, o senhor tira plantão lá todas as segundas-feiras?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Isso mesmo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esse plantão é de quantas horas?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – 24 horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – 24 horas, ok.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Plantão em regime de sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu plantão é de 24 horas às segundas-feiras, na Prefeitura, perfeito.

O senhor também disse que tem um cargo comissionado de chefia, que é diretor do Hospital das Clínicas e que também administra o Cosme e Silva?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Exato, ok. O senhor tomou conhecimento, provavelmente, que alguns contracheques de profissionais de saúde foram publicados nas redes sociais na semana passada, ou retrasada. O senhor tomou conhecimento disso? Algum desses contracheques é seu?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor antes de ser, além de ser médico efetivo, o senhor também, em algum momento, prestou serviço à Sesau como médico contratado pela Coopebras?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Esse período, por quanto tempo o senhor trabalhou através da Coopebras?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Deputado, desde que eu formei. Eu não era nem concursado ainda. Então desde... acredito que dezembro, final de novembro de 2011, prestei serviço para a Coopebras até... teve um hiato de quando eu fiquei fora, mas basicamente eu fui cooperado desde 2011 até solicitar meu desligamento da Coopebras final de fevereiro, para que, a partir de 3 de março, eu fosse desligado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Doutor André, nesse período que o senhor trabalhou como médico cooperado, que é como se chama na cooperativa, não é? O senhor recebia quantos plantões através da cooperativa?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Era variável, mas...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em média?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Em média, já como cirurgião pediátrico...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É que eu vejo aqui, só para lhe ajudar, para entender o meu raciocínio, que o senhor, no mês de abril, teve 34 plantões; no mês de março, 30 plantões. O senhor diria que era em média isso que o senhor recebia de plantões pela Coopebras?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Então o senhor era médico efetivo. O senhor é medico efetivo desde que ano?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Acredito que eu tomei posse em junho de... em junho de 2015, Deputado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Então o senhor era médico efetivo, apenas médico efetivo, tirava o seu plantão, seu expediente, enfim, e, além disso, tirava seus plantões pela cooperativa?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quando a cooperativa foi extinta, o senhor deixou então de tirar esses serviços pela cooperativa, esses plantões, e passou a tirar pelo... de acordo com a nova legislação que foi aprovada, é isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Só migrou?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Exato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor tem conhecimento de alguma irregularidade, serviço de plantões por profissionais de saúde? De médico que é escalado para o plantão não comparece porque está, de repente, no seu consultório particular, ou ele está num outro contrato, numa outra empresa, num outro município, ou de um órgão federal?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não tem conhecimento?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, senhor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. O senhor apresentou aqui, semana retrasada, um documento encaminhado ao relator, através do seu patrono: as escalas de serviço do mês de março e abril. Como falei agora há pouco, no mês de abril, o senhor teve 34 plantões. Esses plantões são de 12h né? É isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim, senhor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Qual é o valor? Todos esses plantões são de sobreaviso ou esses aqui são de permanência efetivamente na maternidade?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – É o PSS6, né? Todos de sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Todos de sobreaviso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim, senhor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. E o sobreaviso, qual é o valor desse plantão?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – R$ 1.753,00.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – R$ 1.753,00. Se o senhor não for chamado para nada o senhor recebe da mesma forma? Ou o profissional da saúde recebe isso da mesma forma?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim, recebo da mesma forma.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem. O que me chama atenção nessa... é que o senhor tem, às vezes, 48h de plantão direto na maternidade, de sobreaviso. As leis trabalhistas permitem isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sinceramente, não sei.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não sabe?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não. Mas é sobreaviso. Mas, sinceramente, eu não sei lhe falar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor tem um consultório particular também?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – É, tenho, mas praticamente não estou usando por causa da pandemia. Eu atendo, meus atendimentos particulares eram voltados muito a...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Lembre-se que o senhor está aqui depondo como testemunha...

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Compromissado a dizer a verdade. O senhor está afirmando que o senhor pouco atende pessoas no seu consultório?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Praticamente não está em uso, porque meus atendimentos são de doenças, no consultório, que dá pra esperar, que é principalmente fimose. E, devido à pandemia, enfim...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não atende na Unimed, no Hospital da Mulher, em nenhuma outra entidade privada?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Se eu atendo, se eu tenho algum vínculo com a Unimed?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, não tenho vínculo com a Unimed.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não tem nenhuma outra unidade privada de saúde aqui do Estado, ou da União, ou enfim...? Quais são as unidades de saúde que nós temos aqui? Unimed nós temos, qual é o outro? Lotty Íris, Hospital da Mulher... O senhor não atende em nenhuma dessas unidades? Não tem nenhum vínculo?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não. Não tenho vínculo, nem com a Unimed nem com o Lotty Íris e nem com o Hospital da Mulher.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Chegaram denúncias a esta CPI de que existem alguns médicos, uns quatro, cinco, seis que efetivamente, que controlam, que definem quem vai ter mais ou menos plantões remunerados dentro da Sesau, nas unidades de saúde. O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, eu desconheço isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor faz parte da Diretoria do Sindicato dos Médicos?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Já fez parte?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor tem conhecimento se o Sindicato, ou algum membro do Sindicato, interfere na elaboração das escalas de plantão de médicos das unidades de saúde, ou

seja, discutindo, influenciando, indicando, pressionando para que médico A, B ou C, esteja nessas escalas e quem deve ser escalado?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não tenho conhecimento, mas, se tiver algum médico que esteja com poucos plantões, ele pode procurar o Cosme e Silva, que, inclusive, eu estou com dificuldade pra fechar escala lá. Mas não, não tenho conhecimento, não.

Deputado, está é faltando médico, como é que...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, nós temos aí, Dr. André, postagens que foram feitas, o senhor foi chamado aqui para falar sobre isso e também sobre o período que o senhor trabalhou na Coopebras, que é um contrato que está sob investigação. Então, a sociedade queria, quer esclarecimento sobre isso. Realmente chama atenção alguém com o contracheque de mais de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), já que o teto constitucional, eu acho, é inferior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Pode se haver uma discussão sobre questão de plantões, se incidem no teto. Enfim, há uma discussão. Isso não é nada seguro na nossa jurisprudência. Agora, o que chamou atenção foi em relação a esses contracheques que, em tese, estariam acima do teto constitucional. E qualquer coisa acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) chama atenção. E o seu contracheque foi, se eu não me engano, mais de 150 mil, 152 mil um, e mais: tem um outro, acho que é o de cargo comissionado de diretor. E o senhor explicou para nós aqui que isso se deve a ter sido o lançamento de dois meses num contracheque só. Então é isso que chamou atenção da sociedade, e esta CPI é cobrada. Muito embora nós estejamos ouvindo e apurando denúncias de irregularidade em contratos, os plantões fazem parte dessa investigação também por conta da cooperativa. E o senhor foi médico da cooperativa. Mas o senhor teve a oportunidade de vir trazer os esclarecimentos aqui. É claro que isso tudo vai ser analisado depois por todos os membros, principalmente pelo relator da CPI, para ver a legalidade de um médico tirar todos esses plantões e se isso está dentro do que estabelece a legislação brasileira e tratados interacionais também, com relação à questão da escala seguida de plantões e também com relação à denúncia de que haveria alguns médicos sendo privilegiados com relação a terem efetivamente oportunidade de tirarem mais plantões e outros não. E o senhor está me dizendo que está faltando médico no Cosme e Silva, enquanto há denúncias dizendo que há médicos querendo tirar mais plantões, mas não conseguem. Enfim, eu pergunto se mais algum deputado tem algum questionamento a fazer.

Com a palavra, Deputada Lenir Rodrigues.

As mulheres têm preferência, Deputado Renato Silva.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia, Dr. André! Eu queria só saber duas perguntas. Claro que não dá de precisar algo não previsível, mas, assim, qual é a média de cirurgias, por mês, que o senhor consegue fazer?

Uma média, o senhor tem, assim, esse dado?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Deputada, é muito variável, né? Eu realmente não vou saber lhe precisar com exatidão, mas é algo em torno, entre procedimentos e avaliações, deve ser uma média de, pelo menos, 3 por dia, considerando desde as avaliações, a cirurgia para obtenção de um acesso central ou as cirurgias abdominais propriamente ditas, drenagem de tórax, enfim. Eu realmente não tenho essa estatística para lhe precisar bem, mas talvez algo em torno de 3 por dia. Eu realmente vou ficar lhe devendo esse dado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – No período do seu contrato com a Coopebras, o senhor recebeu em forma de plantões por cirurgias realizadas?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, pela Coopebras era só... não recebia por produção não, nunca recebi por produção.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não, assim, tipo, eu vou fazer a cirurgia e vou receber em forma de plantão.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, senhora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Tá bom!

Era só isso, Vossa Excelência.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra, Deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Bom dia Dr. André; bom dia, meus caros parlamentares, Presidente Coronel Chagas!

Dr. André, qual é sua especialidade mesmo? Cirurgião pediatra, correto?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Isso.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quantos médicos tem nessa área, nessa sua especialidade, aqui no estado de Roraima?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Temos apenas 3 médicos com especialidade em cirurgias pediátricas no estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – 3 médicos com especialidade em cirurgias pediátricas no estado de Roraima. E vocês atendem ali na Maternidade Nossa Senhora, ali perto da pastelaria, não é? Qual é aquele bairro mesmo? São Francisco.

Dr. André, eu fiz essa pergunta para o senhor, para entender, porque nós temos hoje, mais ou menos, 900 partos por mês, já chegamos a bater mais de mil partos por mês na maternidade, aqui no estado de Roraima, a única maternidade que nós temos; agora que temos a segunda, em Rorainópolis, que foi inaugurada na semana passada, no último dia 7. Então, realmente, 3 cirurgiões pediátricos para atender mil bebês, vamos dizer, para estar à disposição de mil bebês. Então isso explica, naturalmente, a quantidade de plantões que o senhor tem durante o mês e, na verdade, isso seja até pouco, porque eu acho que vocês tinham que trabalhar 30 dias no mês, 24h por dia, e, mesmo assim, não iriam dar conta de mil bebês, de mil partos, não é?

Esse processo da Coopebras, que foi um dos processos que eu fiz, que me incentivou a abrir a CPI da Saúde, pelo seu alto valor, que era 11 milhões e pouco no início; no Governo Denarium, conseguimos baixar para 7,5 milhões e continuou fazendo o mesmo serviço. Mas o que me chamou atenção, na época, foi a questão de médicos que não moram aqui no estado de Roraima, estão em São Paulo, estão em Manaus, estão em outros estados, e recebiam aqui pelo Estado de Roraima. Isso foi a minha preocupação e foi isso que eu trouxe para a CPI desde o início. E, com isso, foi aparecendo mais denúncias de contratos, de outras coisas relevantes. Mas eu quero deixar bem claro aqui o meu posicionamento, principalmente na sua área de cirurgião pediatra. Eu queria que vocês ganhassem era um milhão por mês, pra mim é pouco, pelo tanto de vidas que vocês salvaram ali naquela maternidade. Por mim, jamais eu estaria questionando o quanto o senhor ganha, se todo dia que nós vamos na maternidade o senhor está lá, prestando o seu plantão. Eu tenho é que agradecer hoje, aqui na CPI da Saúde, por tantas vidas que vocês salvaram, no momento de pandemia que nós vivemos. Porque eu conheço seu caráter, eu conheço o senhor, fora e dentro da medicina, conheço o Dr. Murilo, que esteve presente aqui, dentro e fora da medicina e sei que jamais vocês estariam em outro estado recebendo o salário que ganham. Se vocês estão recebendo esse salário, é porque vocês estão lá cumprindo. E como você mesmo falou agora há pouco, 3 cirurgiões pediátricos. São mais de 900 partos por mês naquela maternidade. Quer dizer, você está aqui na CPI agora, nós temos só dois lá disponíveis, é isso?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Na verdade, não. Na verdade, o único cirurgião pediátrico que tem vínculo com o Estado de Roraima, hoje, sou eu.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então você está hoje aqui na CPI, hoje não tem ninguém lá representando o Estado?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – É porque é de sobreaviso, Deputado Renato, o meu plantão é em regime de sobreaviso. Eu posso estar em casa, eu posso estar aqui, foi até uma coisa que eu falei para o Presidente no início...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Só para contribuir com o Deputado Renato. Essa questão de que são três, do parto, dessas mil e poucas crianças que nascem por mês. É necessário ter o cirurgião em todas essas aí ou... não, né?

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Nós não atendemos os... nós atendemos todos que demandam cirurgia pediátrica.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – É, mas...

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Hoje, por exemplo: hoje, eu não vou saber, mas nós temos uma UTI neonatal, Presidente Chagas, e, acredito, que em torno de 40, 60 pacientes internados. E esses quase sempre vão precisar de nós, nem que seja para punção ou dissecção do acesso central...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É naqueles nascimentos que evoluem para necessidade de cesárea, não é? Que tem que ter ali um...

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Não, é para quando a criança precisa do cirurgião...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A criança já nascida...

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Os recém-nascidos. Ou por um problema abdominal, ou porque ela precisa de uma veia para correr remédio, ou por algum problema desses.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – E só para deixar bem claro, Presidente, ele pode atender só 60, 80, 100 crianças por mês, mas ele tem que estar disponível lá, para as mil que nascerem. Porque não tem um número exato, "só 60 crianças vão precisar, só 80 crianças, então, só dois médicos vão resolver". Não. Tem que estar à disposição, se ele estiver em casa, num restaurante, num almoço, e ligarem, ele vai ter que ir lá. Ele vai ter que largar tudo e ir atender, porque ele está à disposição daquelas 1000 crianças. E digo mais, a maternidade do nosso Estado, ela já bateu o ano de

2020 de mortes. Não sei se vocês estão sabendo disso. Nós estamos em 5 meses de 2021, nós já alcançamos, praticamente, as mortes que tivemos em 2020. O Deputado Renan esteve agora no Cosme e Silva. Como é que tem médico dizendo que não consegue fazer plantão, sendo que nós fomos lá no Cosme e Silva e estava faltando médicos? Aqui, no estado de Roraima, o que falta são médicos especialistas nas áreas, e falta em todas as áreas. Tem muitas cirurgias que médicos vêm de outros estados para atenderem aqui. Então, a minha preocupação, Dr. André e Presidente da CPI, é nos apurarmos os médicos que não moram no estado, que não atendem aqui no estado, que não estão trabalhando, mas estão recebendo. E nós temos muitos casos. Eu fiz um relatório preliminar, entreguei para o relator Jorge Everton, e tem lá a relação de alguns nomes, alguns iniciais para serem ouvidos. Entreguei na mão do Deputado Jorge Everton. Isso tem quase 6 meses. Então, é esse foco que nós temos que olhar. E mais, nós sabemos o gargalo da saúde. É, há muitos anos, aqui no estado de Roraima, contratos superfaturados e parlamentares que se envolvem na saúde pública. Isso, é claro, eu sei, o senhor sabe, todos nós sabemos, a população sabe disso. É isso que eu queria falar, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado, o senhor teria o nome desses parlamentares para declinar aqui? Porque, quando o senhor fala assim, o senhor está botando toda a bancada federal e todos os 24 deputados sob suspeita. E eu, particularmente, não tenho nenhum interesse, nenhum contrato, e nada, principalmente em relação à saúde. Quando o senhor fala, assim, que tem deputados, eu gostaria que o senhor trouxesse isso, para que nós...

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Parlamentares...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, mas parlamentares são 24...

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, o senhor falou isso aqui na CPI, quando o senhor falou lá em Brasília.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, mas aí tem que citar, eu não citei assim não.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – O senhor falou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pode buscar nas atas para ver se tem alguma coisa. O que eu digo é o seguinte, Deputado...

O Senhor Deputado **Renato Silva** – E mais, Presidente...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quando se fala assim, dessa forma... por favor, eu estou falando...

O Senhor Deputado **Renato Silva** – O senhor encerrou a sessão a última vez. O senhor encerrou a sessão aqui, quando o Secretário...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado, só estou lhe pedindo que o senhor traga os nomes para esta CPI, porque nós já ouvimos aqui mais de 70 pessoas, está certo? Mais de 70 pessoas e, até o momento, não teve assim nada, efetivamente, um nome efetivo. Assim, foi citado que um deputado estadual estaria numa reunião que aconteceu na Assembleia, está certo? O senhor inclusive falou que iria fazer um requerimento. Foi feito o requerimento para convidá-lo a comparecer a esta CPI, o caso de um deputado estadual. Teve um outro cidadão que veio aqui, foi ouvido, falava nas redes sociais que havia envolvimento de deputado, mas, quando chegou aqui, não citou o nome do deputado. Entendeu? Então, se o senhor tiver alguma evidência de alguma coisa, por favor, traga. Que nós vamos tomar as providências de convocá-lo para vir ser ouvido. Era só isso aí.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Tudo bem, Presidente, mas eu quero falar para Vossa Excelência aqui. No início da nossa CPI da Saúde, o ex-secretário Ailton Wanderley esteve aqui presente, foi encerrada a CPI, as câmeras foram desligadas. Eu não concordei, na época, com isso e o relator, juntamente de Vossa Excelência, sentaram com o Ailton Wanderley e ele disse para vocês quem eram os políticos que estavam envolvidos na saúde.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, Deputado, o senhor está enganado. O senhor Wanderley não... eu não participei dessa conversa...

O Senhor Deputado **Renato Silva** – E quem foi que participou?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Se teve essa conversa, foi com o relator, perfeito?

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Não, o senhor sabe que teve.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Se ele passou alguma coisa para o relator, o relator não passou isso para nós, está certo? Pelo o que eu entendi, ele teria informações, mas não teria provas e por isso não queria citar, ao vivo, porque ele responderia evidentemente por alguma ação de indenização.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Tá bom, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E a questão de... a nossa legislação, em situações, às vezes, em que há necessidade, é permitido reuniões com sigilo, para que algumas informações não vazem antes do tempo. Exatamente, para que alguma informação que seja trazida para a CPI não seja exposta antes do devido tempo, para que as pessoas não se preparem, para que depois, no momento em que forem inquiridas, atrapalhem a investigação. Mas essa informação de que houve essa conversa, efetivamente, se teve, eu não participei. O senhor pode questionar isso diretamente ao relator, Deputado Jorge Everton. Mas eu não participei, assim como o senhor e os demais deputados. Perfeito?

Dr. André, agradeço o seu comparecimento. Nós temos mais... Deputado Nilton, tem mais algum questionamento a fazer?

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Dr. André, quando o senhor fez parte da cooperativa, ao entrar, o senhor assinou o termo de adesão? Por que eu estou perguntando? Porque o estatuto da cooperativa, ele exige que o profissional médico, para fazer parte do corpo técnico, ele teria que assinar esse termo de adesão. No entanto, nós não encontramos esses termos de adesão desses profissionais, porque tem todo os reflexos financeiros, administrativos. Então, o senhor, quando entrou para fazer parte do corpo da cooperativa, o senhor assinou esse termo de adesão? Por favor.

O Senhor **André César Coelho Rosa da Silva** – Deputado, faz muito tempo. Eu acredito que sim, mas... porque eu entrei na cooperativa no final de novembro de 2011. Eu lembro que eu tive que levar a documentação, diploma, enfim. Eu lembro de ter assinado alguma coisa, mas acredito que eu tenha assinado, sim, porque eu passei a ser cooperado. Mas, realmente, eu não vou saber lhe precisar, mas eu acredito que sim.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Ok. Presidente, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, não havendo mais perguntas, nós estamos encerrando seu depoimento. Queremos agradecer sua presença. Peço apenas que o senhor assine seu termo de comparecimento e, logo após, o senhor estará liberado. Obrigado, doutor.

Senhores Deputados, eu comunico que nós temos mais dois intimados aguardando para serem ouvidos. Eu solicito, imediatamente, que tragam a esta sala, o Dr. Fernando André.

Bom dia, Dr. Fernando André, seja bem-vindo! Nós vamos proceder à leitura da sua ficha de identificação. Se tiver algum dado aqui, que nós leiamos, que esteja errado, o senhor nos informe, por favor.

O seu nome é Fernando André Martins Ferreira, RG 158815. Esse RG é de qual Estado?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – CPF 52341240291, filiação Marilene Fraga Martins Ferreira e Fernando José Martins Ferreira, nascimento 08/09/1981, médico, brasileiro, casado, residente do bairro Paraviana. Procede?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Certo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok.

Dr. Fernando, eu solicito que o senhor fale sempre, claramente, ao microfone, toda resposta que o senhor for fazer aos questionamentos, porque a ata dessa reunião será transcrita a partir da degravação de vídeo e áudio dessa oitiva. O senhor vai ser ouvido na condição de testemunha, por isso é necessário que o senhor preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, ao que lhe for perguntado. O senhor presta esse compromisso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Informo também ao senhor que o seu depoimento está sendo transmitido, ao vivo, pela TV Assembleia, o senhor faz alguma objeção a isso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Muito pelo contrário, faço questão de que seja transmitido.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor foi intimado para comparecer a esta CPI, para ser ouvido como testemunha, em razão de requerimento de autoria do Deputado Nilton Sindpol, aprovado por unanimidade dentre os deputados desta CPI, para prestar esclarecimentos a esta comissão que foi instalada para apurar denúncias de irregularidades em contratos e prestações de serviços à Secretaria de Saúde. Esta CPI está analisando mais de 40 contratos e, hoje, estamos na septuagésima primeira reunião desta CPI, mais de 70 pessoas ouvidas, mesmo durante o período da pandemia. E uma das investigações, é, por exemplo, o contrato da Coopebras, da prestação de serviços médicos através de plantões nas unidades de saúde do Estado. O nosso procedimento nessa oitiva vai obedecer à seguinte ordem: primeiro, nós vamos passar a palavra ao autor do requerimento, para fazer os questionamentos que julgar necessário e, a seguir, caso algum outro deputado tenha algum questionamento também, assim será feito. E, ao final, se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar, o senhor terá a oportunidade de assim fazer. Ok?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Ok.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, com a palavra, o Deputado Nilton do Sindpol, autor do requerimento.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Bom dia Presidente, bom dia aos demais deputados, Dr. André, Dr. Andreive, bom dia!

Como disse o Presidente, Dr. André, justamente essa CPI busca alguns esclarecimentos para que nós possamos contribuir com a Saúde do Estado, para que seja melhor. Bem, como o senhor já sabe, nós recebemos aqui alguns contracheques de profissionais médicos que estariam recebendo muito acima do teto constitucional e foi objeto de divulgação nas redes sociais, inclusive. Então esta CPI, através da minha pessoa, eu fiz o requerimento, e foi aprovado, para que nós pudéssemos esclarecer, justamente com quem, claro, né, foi citado nessas veiculações.

Então, incialmente, eu gostaria de saber do senhor essas: nós estamos com os contracheques aqui do mês de abril, esses geats, que foram essas gratificações que se deram de forma repetidas, né? Gostaria que o senhor, incialmente, explicasse como é que se deu essa repetição desses geats, por gentileza.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Bom dia! Eu informo que é um prazer estar na Casa, podendo estar prestando esclarecimento à população. Nossa função como servidor público, além de prestar um serviço de qualidade, é, quando convocado, poder apresentar, também, tudo o que nós temos conhecimento. Então, eu sou Fernando André, como já citado pelo deputado, sou médico cirurgião de cabeça e pescoço, atualmente concursado no Estado e também seletivado. Em relação às geats, foram artifícios criados pelo antigo Secretário de Saúde, que significa gratificação. Essa gratificação, ela pode ser paga diferentemente para o clínico e o especialista. Foi na portaria que foi publicada no dia 1° de abril do corrente ano. E, dentre várias outras coisas que foram feitas ao longo ano, nessa época de pandemia, foram processos de contratação de médicos como seletivado para que pudessem cumprir os furos nas escalas médicas, uma forma de garantir também o pagamento dos mesmos. Essas gratificações, seja para especialista ou seja para clínico, elas devem ser pagas, ou inicialmente no período do mês a ser trabalhado, ou no mês subsequente. Acontece que, no meu caso, em particular, eu participei de três processos seletivos somente nesse ano. Enquanto eu estava no primeiro processo seletivo, seletivo covid, em janeiro, eu tinha uma matrícula, em março, foi modificado para outro seletivo. Eu fui convocado, passei nesse processo seletivo, entrei no próximo e o último, que é o que eu faço parte hoje, que é o seletivo 3, já desse ano, que eu entrei no dia 4 de março. Logo, eu tinha plantões a receber dos meses anteriores. Desde janeiro que eu não recebo da maneira correta, sempre fica algo para receber no mês subsequente. E, no contracheque, ele não é transparente. Infelizmente, o Portal da Transparência não é transparente para o servidor, porque ele aparece, PL, geats. Não sei se, no que o senhor tem acesso, demonstra que foi pago no mês de março, aqui não aparece. Então, eu solicitei uma ficha financeira no site da, no site não, na Sesau, que lá vem discriminando quais são esses plantões pagos. Porque aqui ele só aparece, realmente, duas geats, como se fosse dobrado, pago duas vezes, no mesmo mês, o mesmo valor, sendo que uma dessas geats é referente a março e outra, referente a abril. Eu vou anexar para vocês a cópia, para que vocês tenham entendimento, assim como eu tive essa dificuldade para entender também. Então, já serve como sugestão, para que haja uma modificação no contracheque do servidor, porque algo que é para ser de domínio público e que qualquer pessoa que observa, inclusive o servidor que presta o serviço, não consegue explicar, a não ser que ele peça uma ficha financeira frente à Segad. Então, eu vou pegar minha folha para mostrar ao senhor, licença. Então, aqui vocês não vão conseguir ver na câmera, evidentemente, mas, referente ao mês de abril, eu tenho a geat de 52,07%, que é referente ao mês de abril, um e o valor. E aqui a geats referente a março de 2021, que é o mesmo valor, não muda nada, simplesmente ele foi pago no mesmo mês. Isso aqui deveria ser colocado na nossa ficha cadastral ou no contracheque, como sendo retroativo ao mês de março, só que não aparece, somente na ficha financeira.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Essa ficha financeira aqui é da Sesau ou da Segad, Dr. Fernando?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Nós solicitamos na Sesau, mas ela é enviada pela Segad.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Certo. Aqui nós estamos visualizando, realmente, esses valores aqui. Seu contracheque é do cargo efetivo ou do seletivado?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Esse aqui é do seletivado. Seletivo III, que a minha matrícula é essa 071696840, que é a minha outra matrícula do seletivo. Somente neste ano eu teve três matrículas dessas. Por conta disso, eu ainda tenho salários a receber da minha matrícula dois, do seletivo II, porque quando eu fui matriculado no outro, eles disseram que não poderiam me pagar porque eu já estava matriculado nesse outro. Nessa ficha financeira, eu identifiquei uma outra inconsistência, que isso vocês não devem ter. Eu sou coordenador da cabeça e pescoço, cirurgia de cabeça e pescoço atualmente, desde de janeiro do presente ano e é eu que faço as escalas. Nós, assim como nas cirurgias pediátricas, somos três médicos, e nós cobrimos todos os serviços do Estado.

A equipe da cirurgia cabeça e pescoço foi quem mais realizou cirurgia no período de epidemia. Não sei se é do conhecimento de todos, mas os pacientes que ficam intubados em longas datas, eles necessitam fazer traqueostomia e no período da epidemia, em um ano, nós fizemos cerca de trezentas traqueostomias nesses pacientes. Estamos operando hoje, os outros dois colegas estão, então, somos mais cinco somete hoje.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Então, o senhor recebe também uma função gratificada pela coordenação?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não. Deveria receber, infelizmente o meu nome não foi publicado no Diário Oficial para receber a FCT, por isso nunca recebi nenhum valor pela coordenadoria.

O Senhor deputado **Nilton Sindpol –**Mas o estado então lhe deve, já que o senhor teve o nome publicado no Diário Oficial com essa função gratificada de coordenador?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não. Na verdade, ele não deve por quê? Para eu ter direito à função gratificada FCT, ele tem que ser publicado no Diário Oficial como tal. Estou publicado no diário como coordenador, mas não como FCT. Tem uma publicação subsequente que tem que ser homologada pelo governador, mas não vem ao caso agora, porque não estão me devendo nada com relação a isso...

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Desculpa, doutor. Porque perante a lei, o Estado não pode se locupletar da sua força de trabalho, por isso que eu perguntei. Já que o senho exerce uma coordenação que é correspondente a uma função gratificada, o Estado lhe deve pecuniariamente.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – É como eu lhe disse, ele não deve porque não está publicado. Só pode se falar dever ou não, a partir do momento que tenha a publicação daquele fato. Então, o Estado não está devendo ninguém com relação a isso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** É porque o senhor está fazendo um serviço pelo qual o senhor deveria receber de direito, se o senhor está de fato cumprindo aquelas atribuições. O senhor acabou de dizer que é o responsável pela elaboração das escalas, ou seja, o senhor tem atribuições a mais que os seus colegas, por isso que eu estou insistindo em falar isso, porque se o senhor está exercendo essas atribuições, para tanto, o senhor precisa dessa nomeação e a correspondente a retribuição pecuniária. Certo?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – É um pouco mais complexo que isso, Nilton, é porque, como somos médicos subespecialialistas, eu sou cirurgião-geral e cirurgião de cabeça e pescoço, que é uma subespecialidade da medicina. Somos apenas três. A partir do momento em que eu passo a ter direito a função comissionada, gratificada que seja, isso vai exigir também, uma vez que eu tenho redução da carga horária nos plantões, para eu não poder passar o teto. Dessa forma, vai ficar descoberto o plantão. Então, se eu assumo a função e eu vou receber o valor por aquilo, e eu vou ter que diminuir a quantidade de plantões para eu não poder chegar no teto, é igual um cobertor curto. Eu consigo puxar de um lado, mas não consigo cobrir o corpo todo. Por isso que eu não faço questão e não estou brigando por isso, não é essa a função. É uma função que faço o serviço funcionar. Então, aqui a função não é financeira...

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** –No seu contrato do concurso, o senhor é contratado quantas horas?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Quarenta horas.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –**E o senhor exerce basicamente essas suas horas semanais em quais unidades hospitalares do estado de Roraima?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Então, o meu contrato ele é para cobrir a demanda do Estado. Claro que é humanamente impossível isso. Como a nossa demanda, serviço de cirurgia cabeça e pescoço é um serviço que é oncológico, nós tratamos câncer e as doenças benignas também. Além disso, por uma necessidade do serviço, que não é competência normal do cirurgião cabeça e pescoço, é cuidar também dos traumas. Então, os traumas cervicofaciais, ou seja, acima do pescoço até a cabeça, por assim dizer, acabamos abraçando também isso. Por quê? São ferimentos mais complexos e que um especialista teria condições maiores de resolver. Inclusive, fui acionado ontem à noite por conta disso. Assim como o André falou, nós, independente de estarmos ou não de plantão naquele momento, se não estiver de plantar e tiver a necessidade, como somos poucos profissionais, nós, como pessoas, como seres humanos, temos a obrigação de ajudar. Então, um plantão... o que temos de escala? São cento e vinte plantões no mês, a gente não consegue cobrir isso com os nossos nomes em todos os dias dos plantões, porque é impossível, mas a gente não vai deixar descoberto. Como o colega falou, se tiver necessidade, a gente vai dar conta, a gente vai cobrir.

Então, falando da inconsistência que eu encontrei. Nessa ficha financeira, aqui aparece o PSS6. Como já foi dito, o PSS6 não aparece no meu contracheque, ele é um plantão extrateto. Então é de natureza indenizatória esses plantões. Eu, como faço escala, tenho muita atenção para que nenhum de nós três da cabeça e pescoço façamos plantões acima do teto. Então. Não tem ninguém na cabeça e pescoço que faz mais do que o número....

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** O senhor lembra a portaria que regulamentou esse extrateto?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim. Só que como ela faz o plantão dela, eu não trouxe o número dela. Trouxe das que eu faço parte, que é a 1.044, e 1.064, mas, se não me engano, é a 1055, 1054, tenho no celular, mas é fácil de encontrar, está publicada no diário nessa mesma data, que é a que normatiza os plantões extrateto. Eu faço escala baseado na portaria que é constitucional, que são essas duas. Eu não tenho plantão extrateto. Eles me pagaram esse valor extrateto equivocadamente, por isso fui questionar, pedi essa Ficha Financeira e identifiquei qual foi o erro deles. Isso não tem no meu contracheque, não é transparente, como já disse.

Dias trabalhados. Como falei, eu entrei no dia 04 de março, nesse último seletivo. Tenho dois plantões do seletivo II a receber, um do dia primeiro e três de março. Então, eu trabalhei efetivamente em um mês, 27 dias, que foram pagos dessa forma. E aqui, não sei por que, eles colocaram esses trinta dias a mais de vencimento temporário. Isso eu identifiquei como inconsistência. Como eles não tinham como pagar isso, disseram: "ah, vamos colocar como extrateto". Então, eles colocaram como extrateto para me pagar por algo que eu não fiz. Então, eu solicitei a abertura do processo administrativo frente à Segad para devolver esse dinheiro ao erário público, e estou com as cópias para apresentar para vocês. Então, do meu, a única inconsistência que tem no contracheque é a *Gtesp* que se repete no mesmo mês, que já está explicado, que é referente a um mês retroativo. Porque, inicialmente, eu não sabia que tinha sido pago irregularmente? Porque eu tinha plantões a receber ainda no mês passado, como ainda tenho. Então, pelo fato de eu ter retroativo a receber e no meu contracheque em nenhum lugar vem especificado retroativo, acaba passando do teto. Mas é impossível passar do teto, se eu tenho escala feita fazendo plantões até o teto. Então, não vai acontecer, e não tem como acontecer a gente fazer plantões extrateto, embora houvesse esse artifício legal, aprovado pela Proge, que nas especialidades ou subespecialidades onde houvesse a maior necessidade... a gente tem que entender o seguinte: nós temos especialidades que têm vários médicos e outras que tem menos. Nessas que têm menos, tem que se tentar de algumas formas fazer com que se cubra a escala.

De clínicos, temos muito mais clínico-geral, médicos generalistas recém-formados do que médicos especialistas. Isso é uma realidade no Brasil inteiro.

Quanto ao plantão de disponibilidade ou sobreaviso, eles servem, é um artifício que é feito justamente para amparar o estado. Digamos que eu tivesse que ficar preso, eu ou qualquer outra especialista à unidade X ou Y, se eu fosse acionado em qualquer outra, eu não poderia ir em nenhum momento, sendo que a gente não tem uma demanda para subespecialidade de paciente como a gente tem em outras áreas. Digamos, os pacientes com síndrome gripais, diarreicas, agora Covid, é o tempo inteiro.

Trauma, cervicofacial não é o tempo inteiro. Paciente oncológico, não chega o tempo inteiro ao trauma ou a qualquer outra unidade com insuficiência respiratória aguda que necessita de intervenção imediata.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Doutor Fernando, o senhor disse que nessa época de Covid, já realizaram mais de 300 procedimentos de traqueostomia. Eu lhe pergunto: esse procedimento envolve quantos profissionais médicos?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Então. Nossa equipe ela se diferencia por quê? Sempre que tem procedimento cirúrgico eletivo, nós vamos os três cirurgiões cabeça e pescoço. Então, a nossa equipe sempre está participando das cirurgias integralmente. No caso de emergência, vão dois.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Ok. O senhor tem algum outro vínculo além desse efetivo e do seletivo com o estado de Roraima?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** –Não. Mesmo porque não é permitido. O que pode acontecer, por erro administrativo, como eu identifiquei em um mês, por isso que eles não me pagaram, disseram que eu tinha três vínculos, que foi na mudança de um seletivo para o outro. Quando eu pedi o desligamento de um seletivo, imediatamente eu assumi o próximo, no mesmo dia, porque não podia ficar descoberto. Essa informação ela tem que chegar à Segad para retornar para a Sesau. Se essa informação não chegar corretamente lá, eles identificam: não se desligou, e aí dá três vínculos. Hoje tenho certeza que tem dois. Se eu tive três em algum momento, foi por erro administrativo e não meu.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** A gente pergunta justamente porque em Roraima, especialmente, o artigo 37 da Constituição Federal fica prejudicado para ser cumprido, porque, como senhor falou, vocês são três na sua especialidade. Então, são demandas que exigem, creio eu, como leigo, que uma cirurgia dessas é feita em algumas horas e não em um tempo que a gente considere reduzido.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Na verdade, elas costumam ser bem rápidas.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Eu digo assim, uma cirurgia de porte, como oncológica...

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Demora muito, com certeza

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Demora mais, então, tem todo um aparato físico, psicológico do profissional e de sua equipe também, e o senhor não é uma máquina, o senhor está ali para cumprir com seu mister, com seu trabalho, mas também tem um período de repouso. E a gente faz esse questionamento justamente, Doutor Fernando, para que nós possamos ter conhecimento de como está funcionando a saúde pública do estado de Roraima, porque são dezenas e dezenas de reclamações que chegam diariamente, não só para mim, mas para os outros parlamentares também que as cirurgias eletivas estão suspensas há mais de três anos.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – É só um adendo. As cirurgias eletivas estão suspensas, exceto as da cabeça e pescoço, elas nunca pararam. Em nenhum momento teve cirurgia suspensa de cabeça e pescoço, seja antes, durante ou após a epidemia, que ainda não chegou esse momento.

O nosso compromisso como cirurgiões, é nos pacientes que têm necessidade oncológica, como se fosse uma urgência médica. Então, quando a gente fala em cirurgias eletivas, as traqueostomias são eletivas, todas essas que nós fizemos. Então, não paramos a cirurgias eletivas, por quê? É uma questão de necessidade. Claro, outras tiveram que ser suspensas, mas a nossa cirurgia é aquela que diminui o tempo de internação, de ventilação mecânica e que garante a vida. Então, ela é eletiva no termo da lei. Se for considerar pela nova normatização, é eletiva, mas se não for feita, os pacientes vão morrer. Então, eu não posso urgenciar essa cirurgia, mas eu também não posso deixar de fazer. Então, a gente teve esse apoio do estado para continuar fazendo. Teve dias que tivemos que fazer 15 cirurgias.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Doutor, chega a nós, não só da CPI, mas aos demais deputados, a falta de material. Abrindo um parêntese aqui, o senhor é de uma especialidade que exige muito, onde o paciente não pode ir para casa e aguardar. Então, existe a falta de material para sua especialidade com frequência, para que vocês possam realizar as cirurgias? Porque muitas vezes as famílias nos procuram, desesperadas, óbvio, alegando que a resposta que têm é que há falta de material para que os profissionais possam realizar além, claro, de os centros cirúrgicos estarem interditados. Salvo engano, se eu estiver errado o senhor me corrija, tem alguns centros cirúrgicos que estão interditados. Mas existe essa falta de material para essas cirurgias com frequência?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Boa pergunta. Esse é um questionamento que chegam fazendo para a gente no ambulatório também. Diferente do que pensam, felizmente, na minha especialidade, ela é uma que precisa de muita pouca coisa para operar, além da vontade. Então, nós, tendo material humano, o nosso material cirúrgico, basicamente é fio. Diferente da ortopedia e de outras especialidades que precisam de materiais extremamente caros, a nossa cirurgia a gente é muito resolutivo com muito pouco material. Então, a gente não precisa transferir o paciente para fora por falta de material. Temos aqui total condições de resolver os problemas de saúde dos pacientes com o que temos hoje. Pode acontecer na nossa especialidade? Pode acontecer, claro. Na nossa, felizmente, a gente não precisa suspender por fala de material, porque a nossa necessidade de material é muito pouco. A gente precisa de um instrumental cirúrgico que tem no hospital, a parte que é esterilizada e fios cirúrgicos.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** –Ok, doutor Fernando. O senhor é diretor ou faz parte do sindicato dos médicos?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Eu sou médico sindicalizado, mas nunca fiz parte da diretoria.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor foi cooperado?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Fui cooperado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor assinou aquele Termo de Adesão para fazer parte do corpo técnico da cooperativa?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim. Em 2017 para 2018. Final 2017 entrei para cooperativa e permanecei até o final do contrato, quando solicitei o meu desligamento.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Doutor Fernando, muito obrigado pelos esclarecimentos.

Presidente, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputados, têm mais algum questionamentos para fazer?

Eu tenho algumas perguntas para fazer ao senhor, doutor Fernando. O senhor é servidor efetivo, não é?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** –Sou efetivo e seletivo também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A parte do serviço efetivo do senhor, o senhor também tem um cargo de chefia?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Como eu expliquei para o deputado Nilton, sou coordenador da cirurgia de cabeça e pescoço. Esse é o cargo que anteriormente não era remunerado. Então, até o ano passado não existia nada publicado para essa remuneração.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor recebe um cargo comissionado?

O senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Nunca recebi.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito.

Então, o seu contrato efetivo, apesar do senhor ser coordenador, o senhor não é remunerado e o seu cargo efetivo, então, o senhor apenas tira plantão?

O senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Plantão, eu faço ambulatório, cubro enfermaria...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** –E o seu contrato seletivo, o senhor também tira plantão?

O senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O seu cargo efetivo lhe obriga a tirar qual carga horária?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Quarenta horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quarenta horas/semana?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Quarenta horas/semanas, sendo treze plantões no mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Treze plantões, de quantas horas?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – De doze horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – No mês. Certo.

E o seletivo, são quantas horas semanais?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** –O seletivo não tem um número mínimo. Ele tem um número mínimo para a gente fazer jus à gratificação que são treze plantões, também, como se fosse quarenta horas. Mas eu posso fazer, no caso, dez plantões e receber a menos por isso. Não é o meu caso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** –Mas ele tem uma carga horária de quarenta horas semanais também?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** –Depende do seletivo. Tem seletivos que são ...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – O meu seria quarenta horas ou treze plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – quarenta horas pelo seletivo e quarenta horas pelo efetivo?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Totalizando vinte e seis plantões/mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não. Não estou falando de plantões.

O senhor tem mais algum vínculo empregatício com a Unimed, Hospital da Mulher?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor eventualmente é chamado para fazer cirurgias nesses hospitais?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E como é que o senhor consegue conciliar essa carga horária que o senhor já tem de oitenta horas da semana comprometido com ...

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Veja bem, se formos dividir a carga horária, se eu estiver em uma escala, eu não estarei de plantão todos os dias da semana diurno, tem muitos plantões noturnos. Então, se eu vou ser chamado no plantão... digamos, hoje, não estou na minha carga horária em nenhum dos vínculos, se eu for chamado para operar na Unimed, posso ir sem problema nenhum. Agora, amanhã, eu estarei de plantão 24 horas no HGR. Então, amanhã não posso ir. Então, é uma questão: se vão me chamar lá, não me chamam para a cirurgia de urgência, a cirurgia eletiva. Então, eu posso muito bem ir no horário em que eu não estou de serviço.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutor, o senhor é concursado como cirurgião ou como clínico? E o senhor tira plantão como clínico ou como especialista?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sou concursado como clínico. Atualmente minha carga horária é toda como clínico, por interesse administrativo do estado, e é cumprida na cabeça e pescoço.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, me responda da forma que eu lhe perguntei. O senhor é concursado como clínico?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sou concursado como clínico e estou respondendo como o senhor perguntou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o senhor tira plantão como especialista, então?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A legislação permite isso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim, a Proge tem um parecer que nos ampara nesse sentido.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nós temos o plantão de sobreaviso e temos o plantão presencial, qual é o valor do plantão de sobreaviso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sobreaviso da cirurgia de cabeça e pescoço, assim como da...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Só tira plantão de sobreaviso quem é especialista? É isso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não sei lhe dizer.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas, o valor que o senhor recebe é quanto?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Como sobreaviso na cirurgia de cabeça e pescoço, assim como na neurocirurgia e na cardiologia, R$ 1.753,00 (mil setecentos e cinquenta e três reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o plantão presencial de quem vai ficar lá de plantão na unidade de saúde, no HGR, enfim, nos hospitais que tem, qual é o valor?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Creio que seja o mesmo valor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mesmo valor?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É que a informação que eu tinha é que esse valor seria inferior. O senhor tem certeza?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Eu tenho certeza absoluta que o plantão presencial de especialista é o mesmo valor do plantão de sobreaviso de algumas subespecialidades. Não há nenhuma inconsistência nisso. O que determina o plantão de disponibilidade ou o de sobreaviso? É na necessidade sempre do serviço. Como eu expliquei para o deputado Nilton, que eu estou em um plantão presencial na unidade e digamos que não seja acionado em nenhum momento desse plantão de doze horas, estou no HGR, e me acionam no Cosme Silva, eu não posso sair e ir lá atender o paciente porque eu estou no plantão presencial lá. E é humanamente impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Se eu tenho poucos especialistas. a opção que tem é essa. E a questão do valor, o que compete é em relação a especialidade do colega. Se a pessoa fez uma especialidade que tem uma demanda menor, ou seja, que tem menos profissionais, que tem uma oferta menor, não há nada de injusto ou ilegal ele receber igual ou proporcional, e isso é negociado com o gestor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor é coordenador do HGR?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Do serviço de cirurgia de cabeça e pescoço.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E também ao mesmo tempo o senhor realizava cirurgias. Isso é compatível com a legislação?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim. Sou coordenador em tempo integral. Não recebo nada para isso. O fato de eu ser coordenador não me impede de operar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. O senhor informou aqui que é sindicalizado, mas que não faz parte da diretoria do sindicato. Quem é o presidente do sindicato?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim. Até onde me consta é o Dr. Antônio Delmiro.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor tem alguma informação de que o sindicato interfira na elaboração das escalas de plantão?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Posso falar particularmente sobre a minha especialidade que ninguém além de mim e da direção clínica-geral, tem competência para interferir em nada disso

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor é coordenador, então, o senhor mesmo faz a escala de plantão do pessoal do seu setor? E o senhor também se inclui nesta escala.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Claro, de

comum acordo com os colegas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quantos profissionais de saúde concorrem na escala que o senhor concorre, onde o senhor é coordenador?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Três. Atualmente temos três especialistas em cirurgia de cabeça e pescoço no estado, somente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor é coordenador de mais dois então? O senhor e mais dois, e, todos tem o mesmo número de plantão?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não. Porque um dos colegas só tem um vínculo, então, ele tem a quantidade de plantão pela metade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor tem conhecimento se há insatisfação na categoria dos médicos e de que há brigas internas em razão dos plantões e dos valores dos plantões?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Insatisfação, com certeza. Claro.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Como se daria essas insatisfações?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Como o senhor já tentou deixar claro e outros colegas, tentando determinar a diferenciação no valor do plantão de sobreaviso e do presencial. É claro que os colegas vão achar errado, injusto receber a mesma coisa que um colega que faça plantão de sobreaviso e, não há nada de errado ele pensar da forma dele. Pelo o fato de o colega estar insatisfeito não posso fazer nada quanto a isso, acho que como classe tem que se lutar pela melhoria e qualidade para todos, não em detrimento de um e de outro. Mas, é claro que quem recebe como generalista, que vai receber menos que um especialista, tem generalista que quer ganhar como especialista sem ser especialista. Então, ele pode se dizer insatisfeito. Agora, é errado isso, eticamente errado? Creio que não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Qual o valor do seu salário como médico efetivo? Salário bruto?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Só sei dizer o líquido que dá em volta de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O contrato principal é quanto, R$ 12.000,00 (doze mil reais)? O senhor tem dois vínculos então, dois concursos o senhor fez?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim, dois vínculos. Um seletivo e um concurso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, estou falando do salário efetivo.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – É R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), líquido.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), não é? E do seletivo?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Do seletivo, eu teria que fazer as contas, mas, acredito que dá em torno de treze mil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ah, é plantão né?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim, é plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E os plantões que o senhor recebe em média no seu contracheque do cargo de efetivo, dá quanto por mês?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Como eu disse, do efetivo só mudou agora com as gratificações que entraram agora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quantos plantões o senhor tirou no mês de abril?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Quarenta plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quarenta plantões em um mês? De doze horas cada um? Naquela mesma escala que o Dr. André apresentou das 7 às 19, das 19 às 7?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Isso no mês de abril, não é?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E no mês de março?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quarenta plantões. Ok. Isso do cargo efetivo?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não, somando os dois. São vinte e vinte.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Mas, o contracheque referente aos plantões do cargo efetivo, corresponde há quanto mensalmente? Só dos plantões?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – É como eu disse, como foram várias mudanças ao longo dos meses, eu só tenho como ler. Como nunca recebi certo, não sei nem dizer com certeza quanto eu tenho que receber todo mês, mês a mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não tem seus contracheques?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Tenho sim, vou ler.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor pode me passar só para eu visualizar e ver se consigo entender e formar minha convicção.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Como eu mostrei para o deputado Nilton, no contracheque não aparece, mas, o valor da GETs está dobrado por que é um pagamento retroativo. Então, têm duas GETs aí. Vou pegar o mês de março.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – GETs são os plantões?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não, são as gratificações.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o senhor tem dois lançamentos no mês de?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – No mês de abril, que um é referente ao mês de março, que não aparece aí, mas, tem na Ficha Financeira que eu vou entregar para os senhores logo mais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esse aqui é de um contrato?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim, do mês de março.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o outro do mês de abril? Do outro contrato?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Primeiro, estão aí os dois do mês de março. Veja se é um do seletivo e o outro do estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esse segundo que o senhor me passou parece que é o efetivo, não é? Agora, nesse aqui não tem lançamento de diárias, não é?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – É como eu disse, o contracheque não é transparente. Quem olha o contracheque se perde, inclusive eu. Por isso que eu não consigo explicar tudo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aqui tem dois vencimentos PL. O que é vencimento PL?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – PL é plantão. Mas, como eu disse, é impossível explicar um contracheque, se a gente não tiver o discriminativo. O que tem no discriminativo é que junta, que na Ficha Financeira, que tem meus proventos como deveria ser, mas, no contracheque eu não consigo explicar. Não sei dizer quanto eu recebo pelo meu contracheque. Porque em março eu não recebi normal, aí, em abril, recebi o retroativo de março. Então, não sei dizer com certeza quanto eu tenho que receber mês a mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Agora, somando esses dois contracheques os dois de abril, dá quanto no final do mês isso aí?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Bom, os de abril deram acima porque teve esses plantões que foram pagos indevidamente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas, somou quanto?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Acho que deu um total de R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deixe-me ver aqui de novo, porque acredito que vi um só de quarenta e dois. Na verdade dá R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), bruto.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Isso, bruto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dr. Fernando, uma das denúncias que chegou até aqui diz que alguns médicos controlariam ou definiriam quem vai ter mais ou menos plantões nos hospitais. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Tenho a dizer sobre a minha área, pois, na minha área a gente ainda necessita de mais plantonistas. Então, não falta plantão na minha área. Na verdade, são cento e vinte plantões e nós não conseguimos abarcar os cento e vinte.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em razão da especialidade?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Sim, em razão da especialidade? E, como o colega falou, tem hospitais que estão com necessidade de médicos ainda, por isso, tantos processos seletivos para ingresso de novos médicos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O Senhor no seletivo também é contratado como clínico?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não, como cirurgião de cabeça e pescoço.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quem assume uma direção-técnica, também pode assumir plantão de sobreaviso?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Direção-técnica? Com certeza. Ele não deixa de ser médico por ser diretor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não há nenhum impedimento na legislação especificamente na Lei Complementar nº 053, Regime Jurídico Único dos servidores do estado?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não, nenhum impedimento. Diretor técnico, diretor-geral, coordenador, diretor clínico, qualquer que seja o cargo exercido ele não é proibido de fazer plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor tem mais alguma a acrescentar de forma bem mais objetiva a esta CPI?

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Não, acho que os esclarecimentos foram claros. Só quero anexar os documentos que eu solicitei em relação às inconsistências que eu encontrei no contracheque. Como falei, reforço a necessidade de que o contracheque seja mais transparente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito então que o seu patrono solicite a juntada aos autos desses esclarecimentos e protocole na CPI de forma bem detalhada, para facilitar a análise dos integrantes da CPI.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – E fico à disposição para mais perguntas, pois, meu maior interesse aqui é esclarecer o que me compete.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum questionamento por parte dos deputados, o seu depoimento chegou ao final. Solicito apenas que o senhor assine seu termo de comparecimento, pois, o senhor, querendo, poderá levar uma cópia, pois, pode ser que o senhor tenha que justificar a ausência no serviço.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Ok.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito obrigado, Dr. Fernando, pelo seu comparecimento, mais uma vez. O senhor já está liberado.

O Senhor **Fernando André Martins Ferreira** – Eu que agradeço. Bom dia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vamos fazer um intervalo de dois minutos e logo depois retornaremos para o depoimento da Dra. Débora. Solicito à assessoria que conduza até esta sala, a Dra. Débora Maia da Silva.

Dra. Débora, bom dia. Seja bem-vinda a esta CPI. Vou proceder à leitura da Ficha de Identificação e caso alguma inconsistência nos avise.

Ficha de Identificação: Nome: Débora Maia da Silva. RG: 144.392 SSP-RR. CPF: 623.234.312-34. Filiação: Maria Socorro Maia da Silva e José Silvério da Silva. Data de nascimento: 18/12/1977. Profissão: médica. Nacionalidade: brasileira. Solteira. Residente no bairro Paraviana.

Dra. Débora, a senhora foi intimada a comparecer para prestar depoimento como testemunha mediante requerimento de autoria do deputado Nilton Sindpol, que foi aprovado por unanimidade dos integrantes desta CPI.

Esta CPI foi instalada para apurar denúncias de irregularidades feitas pelo então secretário de saúde, Dr. Ailton Wanderley, de que haveriam irregularidades em contratos firmados pela Sesau e diversas empresas, contratos de aquisição de produtos e prestação de serviços, entre eles de plantões médicos. Isso fez com que a Assembleia aprovasse um requerimento encabeçado pelo deputado Renato Silva, mas, assinado pela maioria dos deputados, para se apurarem essas denúncias de irregularidades. Já são quase dois anos de trabalho e esta CPI está investigando mais de quarenta contratos. Dentre esses contratos, vinte e três são referentes a compras que o estado faria referente à pandemia da Covid. Esta CPI conseguiu suspender mais de 70 milhões de produtos que seriam superfaturados, entre eles aqueles chamados respiradores. Enfim, esta CPI, mesmo na pandemia, não parou. A senhora foi intimada aqui para ser ouvida em razão da investigação que estamos fazendo em cima de plantões médicos e, também, com relação a questão de postagem feita de contracheques também relativos à plantões que estariam acima do teto constitucional, em tese. Esse é o objetivo.

Como a senhora vai ser ouvida como testemunha, é necessário que a senhora preste o compromisso de dizer a verdade somente a verdade de tudo aquilo que lhe for perguntado. A senhora presta esse compromisso?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Com certeza.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** O seu depoimento está sendo gravado através de áudio e vídeo, gravado em CD-ROM, e também está sendo transmitido ao vivo através da TV Assembleia. A senhora faz alguma objeção a isso?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Nenhuma.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Eu solicito que a senhora sempre que for responder ou falar, que faça diretamente ao microfone, porque a ata desta reunião estará sendo degravada a partir dessa gravação de vídeo e áudio. Nós vamos proceder da seguinte forma, inicialmente nós vamos passar a palavra ao autor dor requerimento Deputado Nilton Sindpol, para que faça os questionamentos que julgar necessário e caso algum outro deputado julgar necessário fazer mais alguma pergunta, poderá fazê-lo, e ao final, caso a senhora julgue necessário trazer mais alguma informação que possa auxiliar no objeto dessa investigação, a senhora poderá fazer. Então eu passo a palavra ao Deputado Nilton do Sindpol, para que realize os questionamentos que julgar necessário.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- Bom dia, doutora Débora. Como já explanou o Presidente Deputado Coronel Chagas, o objetivo da CPI é justamente buscarmos alguns esclarecimentos de algumas situações e poder contribuir para a melhora da saúde pública de Roraima. Diante desses contracheques que circularam e também de muita pressão social com relação até a própria CPI, para que possamos esclarecer, tomamos a iniciativa de convocá-los para podermos deixar às claras e também fazer as indagações pertinentes, para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa também contribuir para que a saúde possa se alavancada.

A Senhora é efetiva ou tem mais algum outro cargo que seja seletivo?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- No Estado, sou apenas concursada.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- Perfeito. E é diretora do Hospital Geral de Roraima?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Certo.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- A sua especialização é em pediatria?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- Existe alguma vedação legal para que a senhora como diretora do maior hospital do Estado de Roraima, possa também exercer plantões remunerados?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não, contando que haja compatibilidade. Aliás, eu sou concursada no Município também.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- Quantos horas no município?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Vinte horas semanais.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- E no Estado?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Quarenta horas.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- E os seus plantões, eles são tirados em qual unidades do Estado, já que a sua especialidade é pediatria?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Eu sou designada pelo meu cargo efetivo para ser diretora do HGR, cumpro ela em formato de plantão das oito da manhã até às dezoito horas, de segundas às quintas. Dias de sexta-feira, fico até uma hora da tarde no HGR e aí eu vou para o Hospital da Criança, onde eu cumpro dezoito horas corridas de plantão, sexta-feira à tarde e à noite, que é a minha carga horária semanal do Hospital da Criança. O restante do período eu estou à disposição do Hospital Geral.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- A senhora tem algum outro vínculo além desses dois que a senhora relatou para nós?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- Então, Presidente, sem mais perguntas. Obrigado, doutora Débora.

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Por nada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Deputado Eder Lourinho tem algum questionamento? Nenhum questionamento. Deputada Lenir tem algum questionamento? Doutora Débora, a senhora é diretora do HGR?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim, desde o dia 20 de maio de 2019.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Isso já vai fazer dois anos.

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim, dois anos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** À frente do maior Hospital de nosso Estado. As escalas de plantão do HGR, é a senhora quem coordena e organiza?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim, a direção técnica que é responsável em manter todas as escalas funcionando.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Quem é a pessoa que faz essas escalas?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Doutor Marcos Robério. Na verdade, ele não as faz, quem faz são os coordenadores, mas ele analisa junto com os coordenadores a necessidade de dimensionamento e principalmente em não manter as escalas vazias.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Então, por exemplo, o Doutor Fernando que foi ouvido ontem, ele é um dos coordenadores que depôs aqui, ele prepara e leva para o?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Ele é o diretor técnico. Ele analisa se o dimensionamento está correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** A senhora poderia repetir

o nome dele?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Marcos Robério, diretor técnico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Provavelmente, nós vamos precisar ouvi-lo para também nos auxiliar nesses esclarecimentos. Então essas escalas que são preparadas por esses coordenadores vão para esse, como é o nome do cargo que a senhora falou?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Diretor técnico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Esse diretor técnico, ele tem a autonomia para ratificar as escalas também?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim, tem autonomia total. Inclusive, se ele não concordar, ele pode tirar o plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Ele lhe informa, leva ao conhecimento da senhora como diretora?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim. Todas as inconsistências que a gente encontra nas escalas, se acontecerem, a gente questiona os coordenadores e eles trazem até mim se for necessário tomar alguma outra decisão, mas ele mesmo pode resolver. Ele tem autonomia para isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** E essas escalas são assinadas pelo diretor técnico e por quem mais?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- O coordenador e o diretor técnico assinam, são os dois responsáveis.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** A diretoria do HGR, não.

A Senhora **Débora Maia da Silva**- A direção-geral não é responsável por assinaturas de escalas médicas. Eu só assino as escalas que são da minha competência da direção-geral.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** E ao final do mês acontece de existir médicos que foram escalados que não compareceram no plantão?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim, acontece e a gente informa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** É comum acontecer isso?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não, comum... pelo número de médicos que temos, de forma global, acaba se tornando comum, porque é normal que adoeçam em um grupo de quarenta e oito especialidades funcionando. Nós temos muitos plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Quantos são os médicos que trabalham no HGR?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Temos em torno de cento e cinquenta médicos trabalhando.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Divididos em quantas especialidades?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- São quarenta e oito especialidades diferentes atuando dentro do HGR. Então é impossível não adoecer ou não ter alguém...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Certo**.** E como é confeccionado depois o contracheque? Porque o salário, se não me engano, a remuneração, ele acontece até o final do mês, não é?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Nós temos os prazos para serem entregues as escalas. Nós temos um prazo para entregar a escala prévia, que é a programação para o mês, que ela tem que ser antes de começar o mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Programação para o RH fazer uma previsão.

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim, e a final, que é definitiva.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** E a confirmação é feita até que dia?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Nós temos duas datas atualmente, porque ele trata o seletivo em um formato e o efetivo em outro. Então, nesse processo de transição, o RH ainda está definido qual é a data que ele deseja de escala definitiva. Por exemplo: os seletivos eu tenho a cada quinze dias a obrigação de informar ao RH se foi cumprido ou não aquilo que foi previamente acordado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas -** Um plantão tirado em um mês, ele vai receber naquele mês ou no mês subsequente?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Ele só recebe no mês aquilo que está na carga horária contratada. Tudo o que for extra, ele só recebe no mês seguinte.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Mas vamos admitir que ele estava lá com vinte plantões para tirar em um mês, vocês mandam essa prévia para o RH e depois se verifica que ele não tirou três desses plantões. Ele vai receber os vinte plantões, não é?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não. Desses vinte plantões, precisamos saber se são dos extras ou se são dos vínculos; se for do vínculo, ele recebe no mês, então ele só vai ter o desconto no mês subsequente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** No mês subsequente é descontado os plantões que ele não tirou.

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Agora, se for extra, como só recebe no mês seguinte, dá tempo de você informar se foi cumprido ou não. Então, se ele não cumpriu o extra, ele não recebe no mês seguinte.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Esse controle, a senhora tem conhecimento? Passa pela senhora?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Passa o definitivo, mas quem acompanha de perto é o RH, porque ele confere frequências, com relação a registro na frequência do servidor com aquilo que é programado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** A senhora é médica também? A senhora também tira plantão médico?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Dentro do HGR, o único plantão que eu cumpro é de supervisão médica, que é o plantão de sobreaviso, que é o das direções.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** No mês de abril, foram quantos plantões que a senhora tirou?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Eu fico em torno, oficialmente, de dois ou três dias no mês de plantão, o resto eu fico à disposição sem ser remunerada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- A senhora recebe dois a três dias de plantões, que corresponde a quantos plantões? Cinco, seis plantões?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Dá três plantões no mês. É uma vez na semana que eu faço, depende do mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** São vinte e quatro horas?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não, são doze horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** A senhora recebe então o cargo comissionado como diretora ?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não. Eu sou designada pelo meu cargo efetivo e agora com a secretaria criou a FCT, aí agora sim estou sendo remunerada pelo cargo de direção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Qual é o valor do cargo gratificado?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- A FCT para direção, 93% do meu cargo efetivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** E seu salário efetivo é quanto?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Então é uma responsabilidade muito grande, pois é o principal hospital do Estado.

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Muito.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** A senhora é sindicalizada?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** A senhora faz parte da diretoria do sindicato?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Há denúncias que haveria uma forte influência da diretoria do sindicato na formação das escalas, de plantão, de sobreaviso. A senhora tem conhecimento disso?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Não tem influência do sindicato no dimensionamento do hospital.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Vimos ter sido postado nas redes sociais alguns contracheques com valores bem elevados de alguns profissionais de saúde. São valores que chegam a mais R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). A senhora, como diretora do principal hospital do Estado, sabe dizer quantos médicos estão assim com valores elevados, acima do teto constitucional que é em torno de R$ 33.00,00 (trinta e três mil reais)?

A Senhora **Débora Maia da Silva**- Com relação a esses valores, a gente já está ciente que são dois meses acumulados em um único salário. A gente tem discutido muito entre nós que a falta de informação nos contracheques deixou uma exposição muito grande dos colegas, mas se eu for levar em consideração ao valor trabalhado de um mês... eu sei de especialidades que por poucos profissionais e muita procura do serviço, eles, invariavelmente, vão acabar produzindo mais e foi baseado nisto que foram criadas as portarias de extrateto, para que o serviço não parasse.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Eu não vejo nenhum problema o cara na iniciativa privada ganhar duzentos, trezentos mil conforme a sua produção, mas no serviço público existe o teto constitucional. É muito discutível essa definição de indenização através de plantão, então é uma coisa que está sendo analisada pelo jurídico da CPI. Então, se o cidadão trabalha na iniciativa privada e a remuneração dele for conforme o seu esforço, perfeito, agora, no serviço público, realmente chama a atenção. A sociedade cobra isso, porque em algumas categorias mau recebe um salário, um salário e meio e, outras, acima de

setenta e oitenta mil. Eu vi um contracheque que tem dois lançamentos de R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), tem dois meses ali lançados, então, se tira um mês, ainda fica ali R$ 110.00,00 (cento e dez mil reais). A senhora está entendendo? São valores que, realmente, neste momento em que vivem nosso estado e nosso país, com uma crise na economia, com o desemprego grassando em todos os setores, algumas categorias no serviço público tendo esses valores e é isso que chama a atenção e se faz necessário a CPI esclarecer. Então, a senhora está tendo aqui uma oportunidade de contribuir e esclarecer também.

A senhora, como diretora do HGR, saberia me dizer se há na legislação, pois como diretora acho que é obrigação da senhora ter conhecimento disso: há alguma vedação na legislação, acho que na lei, do Regime Jurídico Único dos servidores do Estado, acho que é a Lei Complementar 053, de 2001, que proíba a quem esteja em uma direção-técnica de realizar plantão?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Não existe. Inclusive, o nosso próprio CFM dá também a disponibilidade, se for o caso, levando-se em consideração que o diretor técnico tem que ser um médico habilitado para estar no setor. Se faltar o profissional, ele, muitas vezes, terá que substituí-lo. Então, ele pode sim, em necessidade do serviço, trabalhar em forma de plantão. Acho que o mais importante disso é a compatibilidade das atividades que ele tem que se propor a fazer.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Essa escala dos plantões, a senhora falou em quarenta e oito especialidades diferentes, a senhora tem dificuldades para preencher?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Muita.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, a senhora tem dificuldade. É uma reclamação, de núncia, enfim, porque teriam médicos que teriam dificuldades em conseguir vagas para tirar seus plantões.

A Senhora **Débora Maia da Silva** – o HGR está de braços abertos para qualquer colega que queira trabalhar lá, agora, o que acontece é nem sempre o colega quer trabalhar em uma porta de entrada. Na pandemia, observamos muito isso, profissionais com receio de trabalhar nessas áreas para não levar contaminação para a sua residência, por ter pais e mães idosos, esposas gestantes, então, nós sofremos muito isso ano passado. Por conta da Covid, o atendimento não era só mais um atendimento simples, para ser um pouco mais clara, a gente sabe que a maior parte dos atendimentos que acontecem no pronto atendimento, eles são de posto de saúde. Infelizmente, os postos de saúde só funcionam em horário comercial e a cobertura é pequena, e eles acabam procurando um hospital onde você consegue fazer tudo: você faz exame, você é atendido pelo médico, enfim... então, é um hábito do brasileiro procurar um pronto atendimento ao invés de procurar um posto de saúde. Com o advento da Covid, a gente mudou essa forma, pois tínhamos pacientes que nos chamava muito a atenção, pacientes graves. Então, vimos, pela primeira vez, o nosso pronto atendimento não atendendo posto de saúde, vimos de fato ele trabalhando como isso e é muito extenuante. Tive experiência com relação a atendimento da Covid de colegas com muita experiência de não aguentarem a pressão, porque tivemos momentos em que tínhamos que escolher quem atender primeiro, esperar um pouquinho aqui... então, não é todo o colega que topa e, às vezes, ele topa por um mês e no segundo, ele não está mais aguentando, ele está precisando sair. Nós temos colegas jovens que estão tomando remédio controlado porque não aguentaram a pressão e eles trabalhavam há muito no HGR. Quem gosta do Pronto Atendimento, quem gosta do Grande Trauma, gosta daquele tipo de atendimento e com a Covid eles não aguentaram. Então, assim, nós temos muita dificuldade de fechar as escalas por conta disso, é o perfil do colega, se o colega topa aquilo e às vezes ele topa um mês, mas no segundo, ele não quer mais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutora Débora, a senhora tem algum acompanhamento, algum levantamento de informações com relação a atendimento, já que a senhora falou dessa grande demanda que aconteceu principalmente agora no período da pandemia, que deveriam ter sido atendidos na Unidade Básica de Saúde -UBS, e que as pessoas tiveram que ir ao HGR, que deviria atender traumas, emergências? Existe algum levantamento no HGR em relação a isso? Ou seja, o paciente teve uma situação simples e procurou a UBS, ou não procurou, foi direto ao HGR, sobrecarregando?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Eu tenho como lhe dar o número de todos os pacientes que nós atendemos e que classificamos como verde e azuis, que são os pacientes sem nenhum critério de gravidade, que não deveriam ser atendidos em uma unidade de Pronto Atendimento. Mas, como rege a nossa legislação, toda pessoa que procura saúde, não pode sair da unidade sem ser atendida por um médico. Então, a gente acaba atendendo, só que ele pede somente a prioridade. Mas se for solicitado pela Casa, eu tenho números reais aqui.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora vê esse fenômeno das pessoas irem direto ao HGR em razão de que, do desconhecimento da população de que elas deveriam, inicialmente, ir à UBS do seu bairro, da sua região ou porque eventualmente, eles têm ido e lá não teriam encontrado atendimento?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – É multifatorial. Primeiro, nós temos uma cobertura baixa, de fato. Temos muitos bairros que são descobertos de postos de saúde. Temos problemas, por exemplo, de transporte. Fico imaginando, por exemplo, moradores o Pérola, da quela região na qual não tem serviço de ônibus, então, esse paciente se desloca com muita dificuldade parta um posto de saúde e, no meu entendimento, quando ele conseguir se deslocar, ele vai fazer para onde for mais fácil para ele. Ir a um Pronto Atendimento, quiçá o Cosme Silva ou ao HGR, se ele for atendido, ele terá ali o laboratório, o Raio X, tomografia, tudo o que ele precisar ali. Então, você verifica que ele se propõe a deslocar da casa dele a ficar por quatro, cinco horas por não ser prioridade, porque ele sabe que dali ele vai sair resolvido e no posto de saúde, não. Ele tem que se deslocar da casa dele primeiro para marcar a consulta, porque ele não é logo atendido, depois ele tem que voltar no dia em que foi marcada a consulta; aí o profissional médico vai passar os exames, e ele terá que voltar outro dia, porque naquele dia ele não consegue mais coleta, então ele volta para a casa outra vez. Ele voltará para: coletar os exames, para pegar o resultado dos exames, e para apresentar o exame ao médico. Então, vejamos que ele terá que se deslocar umas cinco vezes e qual será mais interessante para ele: fazer esse caminho ou ser atendido uma única vez?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E isso acaba sobrecarregando o HGR e o Cosme e Silva, não é?

A senhora sabe me dizer se na capital, os postos de saúde ficam abertos no período noturno, também?

A Senhora **Débora Maia da Silva** -tem cinco postos que funcionam até meia noite, se não me engano. Estão em locais estratégicos: Cidade Satélite, Oleca (Caimbé), Pintolândia e tem também em outro, que não recordo o nome.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora poderia descrever para a gente, de forma bem objetiva, quais tipos de enfermidades que das quais o cidadão poderia ser mais rápido atendido, sem sobrecarregar o hospital de média e alta complexidade, e que poderia ser atendido no posto de saúde? Há alguma campanha de orientação do Governo, do município, já que a senhora é uma profissional da área, nesse sentido?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Eu desconheço

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas a senhora poderia elencar algumas enfermidades, assim, que...

A Senhora **Débora Maia da Silva** – O posto de saúde, na verdade, a proposta da saúde pública do país ela é preventiva e acaba sobrando para os hospitais o curativo e a reabilitação pós. Então, a gente ainda vive uma saúde pública que no papel ainda é muito bonita, mas não executamos. Então, na saúde preventiva não era para o paciente sair e ir até o posto, era para o posto ir até ele, que são as visitas com agentes comunitários de saúde, enfermeiros, médicos e assim sucessivamente, e programar essa vinda de tempos em tempos nos postos de saúde. Deveria ser assim a nossa saúde pública. Hoje o que vemos, em geral, tem as visitas, mas não são suficientes, mas a gente vê a população procurando oposto de saúde. Aí ela procura por inúmeras situações, mas não deveria procurar, em hipótese nenhuma, o posto de saúde se está sentindo uma dor no peito, se tem uma indisposição muito grande, que aí a gente considera o paciente com potencialidade de gravidade, aquele paciente que não consegue manterás necessidades básicas do dia-a-dia, que é se alimentar, poder caminhar, ter lucidez. Então, esse paciente não deve ser atendido na atenção básica exatamente por isso, pelo tempo que é previsto para a saúde preventiva. Posto de saúde é saúde preventiva, então, supõe-se que esse paciente não deveria estar doente ao ir ao posto de saúde, ele deveria estar prevenido. Então, eu tenho uma idade X, vou fazer o famoso *check-up*; sou criança, tenho até cinco de idade, vou fazer minhas consultas de puericultura para ver se estou crescendo e me desenvolvendo corretamente. Então, há uma inversão do posto de saúde. Acaba que procuramos o posto apenas por doenças, porque não fazemos a prevenção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutora, o valor do plantão do sobreaviso é R$ 1.753,00 (mil e setecentos e cinquenta e três reais), não é?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Em algumas especialidades, não em todas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O valor do sobreaviso que a senhora... tem valor maior?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Não. O sobreaviso é estabelecido de dois formatos. O básico do sobreaviso, primeiro, que só são os especialistas que recebem. Dependendo do número de profissionais e da complexidade do serviço, ele pode vir a receber 100% ao equivalente

a um plantão presencial e ir até 50% do valor do plantão presencial. Então, algumas especialidades recebem 100%, não são todas. Em geral, é 50.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O que me chama atenção é que, me parece que o plantão presencial, o valor que o profissional recebe é inferior ao do sobreaviso. Isso não seria uma das causas da insatisfação que acontece?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Na verdade, existem duas classes. O médico sem especialização, ele recebe R$ 1523,00 (mil e quinhentos e vinte e três reais) reais, se não me engano; e o especialista R$ 1.753,00 (mil e setecentos e cinquenta e três reais). Foi uma grande discussão em relação a isso, mas o entendimento é que o médico para ser especialista, ele se dedica mais. Então, em algum momento ele precisa ter uma melhor remuneração.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ele fica em casa, na verdade, ele só vai quando tem...

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Alguns. Nós temos, por exemplo, cirurgiões-gerais de plantão presencial. Temos os que ficam presencial que trabalham dentro do GT, e temos os que ficam em casa para responder a apareceres. Mas eu lhe digo que em um plantão de doze horas, eles são chamados, pelo menos, de três a quatro vezes. Então, é um semipresencial. Especialidades que eu me proponho a ter o profissional disponível que estaria em casa a, quando ser acionado, fazer realmente a diferença, aí é o preço da vida. Não tem o que questionar. Por exemplo, eu tenho um único cirurgião toráxico no Estado, Não poderia dizer para ele: "você vai exercer sua atividade em plantão presencial", porque eu ia inviabilizar toda a outra população, pois e que presta para o Hospital da Criança, para o Estado e se eu dissesse que ele deveria ficar em regime de plantão, uma das unidades não seria assistida e nós teríamos problemas sérios, então foi proposto que ele ficasse disponível. Ele é acionado um número menor de vezes em relação a outras especialidades? Sim, mas quando ele é chamado, por exemplo, é para tirar um corpo estranho que está inviabilizando a respiração de alguém, é a vida. Então, não tem preço. Então, temos essas discussões que são difíceis de chegar. Entendo quando o senhor fala que para o serviço público há valores que são muito difíceis de consolidar, mas também não existe nenhuma legislação que estipule o valo mínimo de um plantão médico, de um plantão de enfermagem. A gente sabe que tem se trabalhado muito os projetos de lei com relação a carga horária trabalhada com o piso salarial, mas ninguém chega à conclusão de quanto é que você, quando chega para um profissional trabalhar a mais do que é previsto para a carga horária dele, o quanto que isso lave, qual é o preço disso. Então, eu tiro muito isso pelo nosso cirurgião toráxico, porque ele é um profissional que não tem vida social plena, porque ele pode estar hoje em uma comemoração da família dele em casa, como ele é o único o estado, alguém pode ligar para ele e dizer: venha. O que ele vai dizer? Vou! E é isso que ele faz. Qual o preço disso? Então, essas situações são realmente complexas, a gente discute bastante com relação isso porque é difícil de fechar essa conta, mas o fato é que a vida não tem preço e aí você vai ter que qualificar isso da melhor forma. E é só nesse momento que vimos a interferência do sindicato, porque ele participou ativamente para que a Secretaria entendesse a necessidade dos profissionais naquele momento e qual era o valor que a gente poderia chegar, visto que nos últimos anos a gente passou por inúmeras situações em que fomos expostos levando serviços nas costas, e as unidades de saúde não pararam por causa dos profissionais, a gente sabe disso, afinal de contas, não depende do profissional a aquisição de material, mas ele estava lá e fazendo. Por muitas vezes, isso acontece até hoje, como mesmo o doutor Fernando André falou, a gente traz o material.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutora Débora, a senhora teria assim como informar se os valores recebidos dos profissionais de saúde do Estado, se fizermos uma comparação - não sei se tem algum levantamento nesse sentido- com os demais estados da federação, estariam abaixo, na média ou acima dos valores percebidos?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Nós fizemos essa análise sim, ano passado. Principalmente, o sindicato trabalho muito em cima disso. Nós vimos que o plantão do Estado que no ano passado custava R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), estava o mais barato do país. Por isso fomos questionando e conseguimos chegar a um valor que não era o que a gente desejava.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, aqui, estava o mais baixo do país?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Sim. O plantão de pronto atendimento, de centro cirúrgico, sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Isso antes da...

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Da pandemia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Mas, há algum estudo também sobre o número de plantões tirados por médicos nos outros estados: também é um número assim bastante elevado? Eu vi aqui um profissional que tira quarenta plantões por mês.

A Senhora **Débora Maia da Silva** – É, o mês tem sessenta plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A gente sabe que o profissional também tem seu consultório, outros vínculos. Às vezes a Unimed precisa daquele especialista e ele tem que ir lá prestar atendimento, enfim, ou em outro hospital. Essa carga horária é permitida pela legislação?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – O que a gente entende com relação a permissão de carga horária, são dois vínculos públicos e acabou. Para parte da carga horária, há uma súmula do STF que fala que deve se mostrar compatibilidade. Ela nem estabelece que são dois vínculos de quarenta, ou dois de sessenta, de vinte, pois existia muita confusão com relação a isso. Agora, de fato, se você cumpre em regime de carga horária, duas cargas horárias de quarenta horas, elas se tornam incompatíveis. Isso é fato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – De quanto?

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Duas de quarenta horas semanais, que daria oitenta horas. Só que no nosso caso do profissional de saúde, a gente não trabalha necessariamente de carga horária. Em ambiente hospitalar, por exemplo, nem cabe carga horária para a gente. Eu estou lá em regime de plantão para exercer as atividades que estou proposta a fazer na unidade. Então, é muito raro você ver no hospital alguém que trabalhe por carga horária. Agora, é diferente, por exemplo, em um posto de saúde, em uma clínica, que são lugares mais eletivos, mas em ambientes hospitalares basicamente é de plantão. Quando você faz essa conversão de carga horária para regime de plantão, que no estado se configurou quarenta horas igual a treze, então, quem faz dois vínculos de quarenta horas, executa vinte e seis plantões de doze horas. Partindo do pressuposto que o mês de trinta dias teriam sessenta plantões de doze horas; vinte e seis plantões não é algo impossível de ser cumprido. Dá em torno de 40% da carga horária do mês. Então, esse colega poderia sim executar em outras...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Se ele não tiver nenhuma outra atividade...

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Ele poderia tranquilamente ter essa atividade de vinte e seis plantões. Nesses vinte e seis plantões presenciais, realmente, é uma carga muito pesada, mas para aquele colega que trabalha em regime de sobreaviso, é um pouco mais leve, porque ele tem mais... é difícil você dormir fora de casa em um ambiente de estresse e aí você está em casa à disposição para ser acionado quando for necessário. Então, é multifatorial, porque eu preciso saber se realmente o plantão é presencial, ou ele é um plantão de disponibilidade, ou ele é um plantão de disponibilidade e presencial. Então, vai depender de cada escala.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutora Débora, estou satisfeito. Já fiz os questionamentos que tinha de fazer. Nenhum outro deputado tem mais nenhum a fazer. Vou pedir para senhora assinar seu Termo de Comparecimento, e logo após a senhora estará liberada.

Agradecemos desde de já o seu comparecimento e sua contribuição para os trabalhos desta CPI.

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Só para finalizar, quero pedir desculpa por não ter comparecido na quinta-feira, mas a gente tem poucos profissionais e como estou de férias do HGR, esses dias temos uma colega do Hospital das Crianças que está com Covid e eu fui fazer o plantão dela para não deixar desfalcado o Hospital da Criança.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Foi devidamente justificado pela a senhora e demais médicos que foram convocados. Sua contribuição, com certeza, foi muito boa. A agradecemos mais uma vez. A senhora já está liberada.

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Obrigada. Estou à disposição.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Doutora, me diga uma coisa: quando vai começar as cirurgias de apêndice e vesículas (trecho inaudível)

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputada, nós ainda não encerramos a reunião e seu questionamento, sua pergunta é muito importante, muito relevante e acho que é o objetivo maior desta CPI. Nosso objetivo não é fazer caça às bruxas, mas, claro, é apurar as irregularidades, se houver responsabilidade, se tiver autoria, indícios, tudo mais, materialidade, e, isso vai constar no relatório. Mas acho que o objetivo maior da CPI é contribuir para que a saúde do estado melhore, e quando a senhora faz uma pergunta que era um dos meus questionamentos que acabei deixando passar com relação as cirurgias eletivas, isso tem tudo a ver com a CPI, por isso gostaria que a senhora fizesse novamente, para ficar registrado esse questionamento pra doutora Débora, que é Diretora do HGR, porque é o que mais cobram da gente. Quando as cirurgias eletivas vão ser retomadas? Na fila, quantas pessoas têm? Bucomaxilos, ortopedia,

enfim, outras áreas.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Pois é, doutora Débora. Pensei que já tinha encerrado, mas o nosso questionamento é quando começará a execução de cirurgias eletivas tipo: pedra nos rins, vesículas, hérnia, cirurgias ortopédicas, até na maternidade temos problemas gravíssimo de mioma, essas coisas todas, histerectomia; então, assim, não pode isso tudo parar por causa da Covid, tinha que separar, tipo assim: vamos colocar no Hospital das Clinicas, em algum lugar, por quê? Porque as pessoas não morrem de Covid mas vão morrer de outra coisa. Eu fui ao cemitério Campo da Saudade pagar um enterro de funcionário meu que tinha falecido, eu perguntei da moça do cemitério como estava os enterros, porque toda vez que eu ia, havia um monte enterro de Covid. Ela disse: não, este ano até que melhorou. Aí eu fiz uma pergunta: quantos enterro teve hoje? Ela disse: Oito. Perguntei: quantos foram de Covid? Ela disse: dois. Então, hoje eu aqui conversando com o Deputado Renato, ele obteve informação que já aumentou mais 15% a questão do Covid, e os meios de comunicações já disseram que vai ter uma cepa do Covid pior ainda, que vem com fungo... eu já estou com medo de ir nessa leva. Então, assim, o que eu penso? Eu quero que a senhora como Diretora do HGR, nos desse uma luz, porque onde a gente anda, porque nós deputados, parlamentares, não temos mais como ficar em casa, temos que resolver problemas. Eu passei o ano de 2020 todo em casa, resolvendo tudo através do celular, mas tem coisas que você tem que sair. Por exemplo, a questão da CPI, é muito ruim a internet em Roraima e a gente finda tendo que vir presencialmente, se arriscando. Então, a gente queria essa luz, se a senhora puder nos dizer se tem uma possibilidade da gestão do HGR, da saúde, para gente começar a dar uma resposta para nossa sociedade, porque o objetivo maior desta CPI é melhorar a qualidade da prestação dessa política pública de saúde que é muito importante para nossa sociedade.

A Senhora **Débora Maia da Silva** – Só para lembrar, que a gente nunca parou as cirurgias eletivas, o que a gente fez foi diminuir o ritmo. Se formos lembrar o finalzinho de 2019, nós nos organizamos e conseguimos manter em média de 15 a 20, 25 cirurgias por dia. E se estivesse conseguindo manter aquele ritmo, claro que ainda teríamos uma fila pra trás, porque estamos falando de 4, 5 anos de fila, mas já teríamos muitas pessoas, principalmente de pacientes idosos, já resolvido o problema. Infelizmente, a pandemia apareceu e em fevereiro do ano passado a gente recebeu a orientação de não fazer mais fazer cirurgias eletivas, por quê? Porque o paciente da Covid precisava de leito, precisava de respirador e precisava de sedativo. Então, para eu operar, o paciente precisa de sedativo. Paciente que opera, a pesar de ser seletivo, ele pode precisar de UTI e precisa de leito. Naquele momento, a gente fez opção, realmente, mas a gente não parou, a gente reduziu. Saímos de 20, 25 cirurgias, para 6 cirurgias, às vezes 8. Como doutor André Fernando falou, a cabeça e pescoço nunca parou, a oncologia nunca parou. A gente tentou levar. A gente conseguiu respirar um pouco mais no começo de janeiro, apesar da segunda onda muito assustadora, a gente conseguiu sair de 20 leitos de ITU para 90 de Covid. A gente conseguiu ter estoque de medicamentos que ajudou bastante. Então, a gente passou por um momento muito difícil com relação a falta de sedativo, mas a gente compensou. Então, a gente conseguiu dar uma solução e aquele paciente da Covid sair mais rápido e conseguimos diminuiu o tempo de ocupação e o hospital começou a dar um: opa, agora a gente pode voltar operar de novo. Nós nos organizamos para isso. Efetivamente´, eu preciso de matérias de insumo. Para cirurgia geral em especifico, é basicamente os mesmos matérias que utilizo no trauma e para os meus pacientes de Covid, que ainda tem um consumo alto. Então, tenho que ter um pouco de cautela para não chegar para população e criar uma expectativa e não conseguir suprir. Mas, por exemplo; a ortopedia desde de 01 de maio estamos conseguindo fazer de 9,10 cirurgias por dia, mas a geral, ainda não conseguiu, por conta disso, de estoque de material. Esse paciente da renal, por exemplo, de pedra nos rins, é uma situação pouco pior, porque preciso de equipamentos, e equipamento para fazer cirurgia a Sesau está tentando fazer aquisição algum tempo e não conseguiu. Então, a gente nunca parou as cirurgias, a gente vem fazendo, mas com muita cautela para não tentar expectativa que não vai ser cumprida. A gente conseguiu agora encaminhar com neurocirurgias, que era outra coisa muito complicado, paciente com cinco meses esperando uma cirurgia de aneurisma e conseguimos resolver isso, mas, de fato, o HGR precisa voltar ao normal porque realmente a população está pedindo outras patologias. A Sesau vem se organizando para tentar definir como fazer para que essas cirurgias ocorram sem causar prejuízos para a Covid, porque me parece que a Covid não está querendo ir embora realmente, e talvez seja agora uma frequência. Talvez a gente não se livre da Covid, talvez só diminua a intensidade. Então, a gente está tentando e começando a fazer, desde o começo de maio a gente já tem começado a melhorar o... nós só temos seis salas cirúrgicas, é realmente pouco para volume de fila de espera.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado. doutora Débora. Agradeço mais uma vez. Vamos encerrar nossa reunião agradecendo a todos que contribuíram para realização desta CPI, servidores, e informar que a próxima reunião da CPI será na quinta-feira, dia 20, às nove horas, neste local. Obrigados a todos.

Coronel Chagas
Presidente

ATA DA 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

As nove horas e vinte e um minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas, deu-se a septuagésima segunda reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos da Resolução n. 041/19 e alterada pela Resolução n. 044/19, nos termos da Resolução n. 21/2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom dia, senhoras e senhores. Quero cumprimentar a senhora Deputada Lenir Rodrigues e o senhor Deputado Evangelista Siqueira. Quero cumprimentar também a todos os servidores que atuam no âmbito da CPI da Saúde. Vamos dar início a septuagésima segunda reunião da CPI da saúde.

Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de quórum regimental.

A Secretária informa que não temos quórum para deliberação, somente para tomar depoimentos e para medidas administrativas que não haja necessidade de quórum para deliberação. Então, havendo quórum regimental para oitivas, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Informo aos senhores Deputados que a Ata da reunião anterior ainda está na fase de confecção, razão pela qual não será lida hoje, até porque não temos quórum para deliberação.

Vamos para o Expediente. No Expediente temos o Memorando n. 062/202, recebido do gabinete do senhor Deputado Jorge Everton, relator desta CPI, justificando sua ausência às reuniões do dia 13 e 18 do mês de maio de 2021. Informo também que recebemos envelopes do dia 19 de maio de 2021, às 12 horas, do Banco da Amazônia, contendo documentos sigilosos referentes à quebra de sigilo bancário dos investigados, conforme requerimento aprovado nesta Casa. Determino que a assessoria da CPI providencie o Expediente para encaminhar, imediatamente, essa documentação à Polícia Civil, que está fazendo análises dos autos sigilosos, resultantes da quebra de sigilos telefônicos e bancários.

Informo aos senhores deputados que temos na Ordem do Dia a oitiva de duas pessoas, convocadas por requerimento do senhor Deputado Nilton Sindpol, dos senhores Doutores Raphael Antônio Brunelli Silva e Antônio Adenilson Santos Delmiro. Solicito à assessoria desta CPI que conduza até esta sala, o senhor Doutor Raphael Antônio Brunelli.

Vamos, neste momento, proceder à leitura da Ficha de Identificação preenchida pelo senhor, para que conste na Ata. Caso haja alguma inconsistência, o senhor nos informe, por favor.

Nome: Raphael Antônio Brunelli. RG: 938.305-98 SSP/PR. CPF: 055.077.799-70. Filiação: Maria Izabel Brunelli e Edilson Lima da Silva. Data de nascimento: 24/04/1987. Profissão: Médico. Brasileiro. Casado. Residente no endereço: Rua Deusdete Coelho, Paraviana.

Doutor Brunelli, o senhor foi convocado para depor nesta CPI, mediante requerimento, aprovado por unanimidade dos deputados integrantes desta Comissão, de autoria do senhor Deputado Nilton Sindpol. Esta CPI foi instalada em 2019, em razão de denúncias feitas por um ex-secretário de saúde, de que haveria indícios de irregularidades em diversos contratos feitos pela Secretária de Saúde, que atrapalhavam a gestão e a prestação de serviço de saúde para a sociedade roraimense. E isso inclui uma série de contratos, inclusive os referentes aos plantões médicos nas unidades de saúde do Estado. Estou aqui, neste momento, com a presença da senhora Deputada Lenir Rodrigues e o senhor Deputado Evangelista Siqueira. O autor do seu requerimento, hoje amanheceu com problemas de saúde; o senhor Deputado Jorge Everton relator, e também membro, teve que viajar para a terra natal dele, por questões de saúde dos familiares. Mas, temos quórum para as oitivas, pois é necessário quórum de quatro deputados para deliberações e aprovações de requerimentos, enfim, mas para as oitivas temos quórum. O senhor foi convocado aqui a esta CPI para prestar depoimento referente a plantões. O senhor será ouvido na condição de testemunha, e para isso, será necessário o senhor prestar o compromisso de falar a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado. O senhor presta esse compromisso?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Com certeza.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok. Informo que o

seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio, registrado através de CD-ROM, e também está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia. O senhor tem alguma objeção quanto a isso?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Sem objeções.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok. Vamos proceder da seguinte forma: cada deputado que achar necessário, fará os questionamentos necessários para a investigação que está sendo realizada, e ao final, caso tenha mais alguma coisa que o senhor julgar ser pertinente para trazer ao conhecimento desta CPI, o senhor poderá fazer. Muito bem, Doutor Raphael, o seu vínculo com a Secretaria de Saúde é de cargo efetivo ou seletivo?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Seletivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Seletivo? Ok. O senhor foi contratado para qual função?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Médico plantonista.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Médico plantonista? Ok. O senhor trabalha em qual unidade de saúde?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** No Hospital Geral de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Hospital Geral de Roraima, ok. Além desse vínculo que o senhor tem com o estado de Roraima, o senhor tem algum outro vínculo empregatício ou contratual com prefeituras ou Governo Federal, com órgão do Governo Federal ou hospitais particulares?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Não trabalho em nenhum outro hospital público ou particular, nenhum outro que não seja o HGR. Não tenho consultório particular, não atendo, não faço nenhum outro trabalho de remuneração, apenas os dois seletivos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** O senhor tem dois contratos seletivos, então?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Sim, dois contratos seletivos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Então, são seus únicos vínculos?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Minhas únicas fontes de renda.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** Ok. O senhor tem dois seletivos. Como funcionam esses dois seletivos?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Certo, o primeiro seletivo foi um seletivo emergencial, acredito que foi ofertado pelo Governo Federal em prol do combate à Covid-19, visto que nós tínhamos muitos profissionais se afastando por problemas de saúde. A pandemia veio de uma forma bem intensa, então tivemos um volume de atendimentos muito grande. O HGR é considerado um hospital de grande porte, o principal responsável pelo atendimento por populações, não somente do estado de Roraima, como no norte do Amazonas, Guiana e Venezuela. Existiu um aumento expressivo no número de pessoas atendidas. A partir desse momento, a Sesau começou a liberar alguns seletivos. Eu estou, atualmente, em dois seletivos, que são seletivos para a Covid-19, que foram seletivos emergenciais lançados no Brasil inteiro, modelos referenciais do Brasil inteiro, em prol de mitigar a carência de profissionais de saúde, no intuito de atender bem a população e prestar um serviço adequado, de qualidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Doutor Raphael, esse primeiro contrato é de quantas horas semanais?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Eles são de plantão. Existia duas modalidades de inscrição: a modalidade de inscrição de quarenta horas, e a modalidade de inscrição por plantão. Eu escolhi por plantão, porque faço mais que quarenta horas. Aí escolhi a modalidade plantonista, então posso fazer plantão de seis ou de doze horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Quantos plantões o senhor precisa fazer por mês, conforme esse contrato?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** São treze plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** E o segundo contrato, são quantos plantões?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Treze plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Então, o senhor tem que tirar, por obrigação do contrato, vinte e seis plantões por mês?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** No mínimo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** E esses plantões, o senhor tira onde?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** No Hospital Geral de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Em qual setor do Hospital Geral de Roraima?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Na porta, no Pronto Atendimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** No Pronto Atendimento?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** A remuneração do senhor nesses contracheques, no mês de março, deu quantos mil reais?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Posso ver aqui para o senhor. Só um momento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Se já tiver o de abril também...

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** No mês de março, eles me pagaram, em ambos os seletivos, treze plantões em cada um dos seletivos, mas tem um adendo, eu não fiz só treze plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Então, o senhor tem, pelo que estou vendo aqui no mês de março, o senhor tem um contrato que deu um salário bruto no valor de R$ 30.092,00 (trinta mil e noventa e dois reais), e outro de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Exato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Um total de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Exato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok, o senhor foi contratado para realizar plantões, certo?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** O senhor tem o registro desses plantões, ou frequência?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Tenho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Porque tem uma denúncia aqui, que o senhor, efetivamente, não tira plantão; que o senhor atua, na verdade, como coordenador da unidade, que é o Pronto Atendimento, certo? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Sou plantonista. Tenho o cargo de Direção do Pronto Atendimento e Pronto Socorro também, mas eu atuo como plantonista nas unidades em que eu coordeno. Tenho escalas separadas para isso, que não têm conflitos de horários.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Consta aqui que, efetivamente... quantas pessoas precisam ficar no Pronto Atendimento? Quantos médicos, pela escala diária?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Certo, são cinco plantonistas na porta de entrada, mais cinco plantonistas prescritores, porque são vários tipos de atividades. Então, o médico que recebe o paciente da porta, é aquele médico que o paciente chega com a queixa inicial, e esse médico vai verificar se o paciente tem critérios para realização de exames. Se tem critérios de internação ou se ele precisa apenas de orientação, um encaminhamento para o posto de saúde. Esse é o médico da porta, é o médico que trabalha no Pronto Atendimento Ayrton Rocha. E nós, também, temos os médicos prescritores, esse médico prescritor é responsável por toda intercorrência dos pacientes internados; ele é responsável por realizar medidas invasivas nesses pacientes, como intubação, acesso venoso central, paracentese e toracocentese, e ele é responsável por prescrever, avaliar, conduzir e evoluir esses pacientes. Então, ao todo, temos cinco médicos prescritores; uma média de cinco médicos prescritores e uma média de cinco médicos na porta, atendendo a livre demanda.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok. O previsto, então, é ter cinco profissionais no Pronto Atendimento?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** São dez, cinco por plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Turno, não é?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** E se faltar algum desses médicos ou mais de um, qual é o procedimento?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Quando algum dos profissionais falta, primeiramente, eles são orientados a informar à coordenação e à direção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Eu quero saber em relação à substituição.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** A substituição, os próprios coordenadores já entram em contatos com o profissional que esteja apto a tirar o plantão, e é realizada a chamada para que ele assuma o local do colega.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** O senhor, como coordenador, não teria que ter a responsabilidade de suprir imediatamente e pessoalmente?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Certo, eu sou o Diretor da unidade. Existe um coordenador abaixo de mim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ah, o senhor é Diretor? O senhor falou, inicialmente, que era coordenador.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Não senhor, sou o Diretor do Pronto Socorro e Pronto Atendimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** O senhor é o Diretor de lá?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok. Ontem tínhamos apenas um médico plantonista no Pronto Atendimento. Procede?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Procede.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Quantos médicos estavam escalados?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Nós tínhamos três médicos escalados, dois deles com atestado médico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Dois médicos apresentaram atestado médico?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Então, ficou apenas um médico atendendo?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Nesse momento, fazemos a readequação interna, pegamos os médicos que estavam atendendo a prescrição, deslocamos até a porta para que a população não ficasse sem o atendimento adequado. Inclusive, eu fui um dos médicos que foi para lá, na porta de atendimento, atender.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** O plantão da noite ficou sobrecarregado, porque não deram conta do atendimento. Nós tivemos ontem o Pronto Atendimento superlotado por conta disso. Nós recebemos fotos, enfim, mostrando a preocupação... esses são os contracheques do mês de março. O senhor tem o do mês de abril?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Tenho sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Já viram? O senhor, além de ser diretor, também concorre nas escalas ou o senhor fica somente como Diretor? O senhor recebe alguma coisa como Diretor ou não? Pois não estou vendo aqui.

O Senhor Doutor **Raphael Brunelli Silva–** Recebo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Não consta. Eu vejo onde? Onde está embutido aqui? Referente aos vencimentos, o PSS1 é isso? Ou é carga horária?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Isso é extra do mês de março que não foi pago.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Insalubridade. Não tem aqui, o que seria aqui o cargo de Diretor? Não tem aqui ou o senhor recebe através de plantão?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Ainda não, a Sesau ainda não regularizou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Então, ainda não está recebendo pelo cargo de Direção?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Não, março e abril não recebi.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Bom, então aqui temos no mês de abril, o vencimento de alguns contratos referentes ao mês de abril, de R$ 48.392,00 (quarenta e oito mil e trezentos e noventa e dois reais), e outro de R$ 39.242,00 (trinta e nove mil e duzentos e quarenta e dois reais). Então, aqui houve um aumento em um dos contratos, pelo que estou vendo aqui, teve dois lançamentos de R$ 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais) referentes a plantões. O senhor está falando que não recebeu em março?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Isso. É referente a março, são dois meses aí dentro desse.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Março, aqui, é esse que foi lançado somente o vencimento?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** Exato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Então, aqui, na verdade, não seria vinte e cinco, seria trinta e quatro mil?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli –** É, porque os vinte e cinco é o efetivo, só que não podemos deixar a escala descoberta. Então, muitos profissionais acabam por tirar plantões acima dos treze, para que a população continue sendo bem assistida e que consigamos prestar uma atenção de qualidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** O senhor falou que tinham cinco médicos por plantão. Ontem, só tinha três escalados, e dos três, dois com atestado médico. É comum essa situação?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Infelizmente. No momento da pandemia tivemos óbitos de alguns profissionais de saúde, inclusive óbito de profissionais da linha de frente, que se dedicavam exclusivamente a isso, pacientes jovens. Nós temos vários pacientes da faixa etária de risco, que eles se afastaram; nós temos profissionais que não aceitaram trabalhar na linha de frente do combate à Covid-19, isso aconteceu também, e não podemos julgar esses profissionais. Eles têm direito de querer trabalhar ou não em um determinado setor. Temos profissionais que adoecem, temos profissionais que chegam a bater a carga horária, e não têm mais a possibilidade de tirar plantões. Então, acaba que, infelizmente, a nossa necessidade de médicos, ela é... posso garantir aos senhores que, pelo menos, nesse mais de um ano de pandemia, eu sempre teria espaço para colocar mais médicos. Já cheguei, como Diretor do Hospital, já cheguei a prescrever oitenta e nove pacientes. Já cheguei a trabalhar, já cheguei a ajudar em dois ou três setores diferentes em um único plantão. O único plantão que eu digo assim, de vinte e quatro a trinta e seis horas, porque dos cinco colegas que estavam escalados, três estavam doentes, e de um o pai faleceu e eu não tenho condições de obrigar esse colega a trabalhar, e nós não podemos deixar o serviço parar, principalmente um serviço de urgência e emergência, não é? Ele é o setor assim, que tem que ser a prioridade em todos os momentos

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dr., o senhor fez os dois seletivos como clínico ou como especialista?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Como clínico. Eu não sou especialista.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Os seus plantões, o senhor recebe como clínico ou como especialista?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Como clínico. Eu não tenho título de especialização.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem uma denúncia que informa que no plantão do PA, que deveriam ser escalados quatro, cinco, mas na verdade, cotidianamente, só tem um médico lá. E esse fica cobrindo os outros três ou quatro, e no plantão seguinte é o outro que fica, e assim ficam se revezando, ou seja, o Estado estaria pagando por quatro, mas está tendo apenas um.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Identificado essa irregularidade, todos eles têm que ser retirados da escala. Não existe revezamento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Como é feito o controle da presença do profissional de saúde, do médico, desses plantões?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Os coordenadores verificam os médicos nos plantões, e assim, o próprio paciente quando identifica que não teve visita médica, ou o enfermeiro...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Como é que é feito? Tem biometria?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Tem a biometria, tem folha a de ponto, tem...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem a biometria no plantão?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Tem, tem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, se nós buscarmos o relatório da biometria, nós vamos poder verificar se procede essa informação...

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Perfeitamente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Poderia haver a possibilidade de o médico ali, profissional ali, dar entrada, atender alguns e sair para outros compromissos e voltar ao final para... tem como verificar, ter esse controle, também?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – O controle, ele vai saber dizer se o profissional esteve na unidade para trabalhar, não é?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O médico de plantão atende diversos pacientes que chegam ali. Ali é a emergência, não é?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Certo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – No setor, ali, que estamos falando...O senhor é o diretor do PA, não é?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Exato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O PA não é o trauma, são setores diferentes, não é?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – São os dois. Eu sou diretor do Pronto Atendimento e do Pronto Socorro. Toda aquela área de Pronto Socorro e Pronto Atendimento...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Estão sob seu controle?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Estão sob minha responsabilidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E para cada um tem um coordenador?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – E para cada um tem um coordenador, perfeito.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Só para nos auxiliar aqui, o nome de todo o paciente que o médico plantonista atende,

fica lá, registrado? Tem esse controle lá na sua direção?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Esse controle fica no Same. Não fica na direção, porque não teria espaço físico, mas o Same tem todo esse controle. A partir do momento que o profissional prestou o atendimento, se quiser verificar se esse profissional prestou um atendimento no dia, o Same tem o serviço de arquivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A CPI teria como checar? Por exemplo, no dia X, do mês X, tinha o plantão das 7h às 19h dos seguintes profissionais e nesse horário, chegou ao setor, buscando atendimento médico, duzentas pessoas. Essas duzentas pessoas foram atendidas, tantas pelo médico tal, tantas pelo médico tal. O senhor tem esse controle lá?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Tem como fazer esse controle.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas esse controle fica com o senhor ou fica no Same?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – No Same.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O Same é um setor do Hospital Geral ou é da Secretaria de Saúde?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Do Hospital Geral.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E quem é o diretor do Same?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Não sei informar ao senhor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não sabe?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Não, do Same não, mas eu posso descobrir.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem. O senhor é sindicalizado?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Sou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ao sindicado dos médicos?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor faz parte da diretoria também?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor está trabalhando desde quando na Secretaria de Saúde, pelo contrato de seletivo?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Pelo seletivo desde agosto de 2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E antes disso, o senhor trabalhava através de algum outro?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Pela cooperativa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Há quanto tempo?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Desde dezembro de 2016.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Da minha parte, estou satisfeito.

Com a palavra, Deputada Lenir.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia! Bom dia a todos.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Bom dia.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu gostaria de saber como é que são os seus horários?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Os meus horários?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Perfeito. Eu trabalho pela manhã e pela tarde, horário cheio. E eu faço plantões pela supervisão clínica no período da noite, todos os dias da semana.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Todos os dias?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Todos os dias da semana. As noites, são apenas nove plantões de supervisão clínica, igual ao da Dra. Débora, mas pela manhã eu fico na assistência, na prescrição, de segunda-feira a segunda-feira. Algumas vezes, vai chegando próximo do teto, aí eu tenho que dar uma freadinha, mas isso aí depende, é de acordo com a possibilidade do dia. Por exemplo, esse final de semana agora, nossa escala estava completa, eu consegui inserir um colega e eu pude ficar o domingo...não precisei tirar plantão. Então eu sempre dou preferência aos colegas que estão há mais tempo trabalhando. Como eu sou o diretor, então eu tenho duas prioridades, a primeira é ver se a escala está completa. Não sou eu que faço a escala, são os coordenadores, mas é minha responsabilidade garantir que essa escala esteja completa e que ela esteja sendo bem executada. A partir do momento em que essa escala esteja sendo bem executada, está completa. Se eu chego no limite do meu teto, eu realmente pego uma ou duas folgas, mas são ossos do ofício. Como diretor, você acaba pensando mais no serviço do que no seu dia a dia.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu entendo. Sobre essa questão dos atestados médicos dos médicos, quais são as doenças que são apresentadas nesses atestados? É mais a questão de pânico, doenças psicológicas, ou é também Covid? Quais são as que estão sendo, em média, mais apresentadas?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – O que nós mais temos observado mesmo é a Covid, pela pandemia. A que mais tem ocorrido mesmo é a Covid; algum médico suspeito ou realmente confirmado, ou em alguns casos, pai, mãe, algum parente de primeiro grau que fique enfermo e que ele pede o afastamento. Existem muitas outras causas, mas, quem pode falar melhor para a senhora, uma estatística, um levantamento, é o cuidador, ele poderia ajudar a senhora, falando o que mais teria. Mas assim, acaba que para mim não chega tanto, porque eu tenho os coordenadores abaixo. Então, geralmente, os coordenadores são os comunicados, e eles são responsáveis pela escala, então eles que vão trabalhar com a escala e repor. Agora, em alguns momentos, fica muito pesado para o coordenador. Igual ontem à noite, eu fiquei até 3h, 4h da manhã resolvendo esse tipo de problema. Nós tínhamos dois plantonistas no Grande Trauma, um deles ficou doente, e o outro o pai ficou doente, então ficou sem profissional, aí nós temos que abrir uma logística intensa para poder resolver. Então eu fui lá, conversei com o serviço de ortopedia e cirurgia geral, para eles darem um apoio; liguei para o diretor técnico do Cosme e Silva, ele falou que iria separar uma sala para isso. Chamei uns médicos da prescrição para apoiarem a equipe do Grande Trauma, avisei os médicos plantonistas das outras UTIs que eles teriam que dar o suporte. Então assim, não é algo engessado: "ah, tinha um plantonista na porta, tem que olhar os dois lados". Tinha um plantonista na porta, mas eu estava com a escala completa na prescrição. Esse médico, eu o remanejo, de acordo com a necessidade do serviço, para que seja feito um trabalho de qualidade, digno. Eu não vou deixar um plantonista lá, cuidando de cem pacientes, e quatro plantonistas cuidando de dez; nós os redistribuímos dentro do sistema. Quem está trabalhando, está lá para trabalhar, está lá para ser remanejado e para atuar de acordo com a necessidade da população.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Entendo. Então, por exemplo, esse caso específico foi agora de madrugada, que o senhor fez todo esse remanejamento?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Foi. É só para dar um exemplo, porque eu esqueci de terminar de falar para a senhora, da questão do remanejamento...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – É porque a população diz "ah, mas só tinha um médico", mas não sabe o que estava ocorrendo e sendo organizado internamente. E internamente, vocês vão dar um jeito de não ter prejuízo para a população?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Com certeza. Nós estamos lá é para isso.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu também não entendi, tipo assim, o senhor falou assim: "têm cinco médicos prescritores, têm cinco médicos na porta, ali". Se faltar, o senhor, como nessa madrugada, o senhor apela até para os outros setores para poder cobrir essa situação, é?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A Sesau, mesmo, não tem uma retaguarda no caso de adoecimento desses dez médicos?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Desconheço.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não tem, não é? Vocês é que têm que apelar para os colegas para poderem reorganizar?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – É o que acontece. A primeira coisa quando acontece em uma situação dessa, eu digo porque é a situação que demanda mais tempo para nós. Por exemplo: eu fui informado por volta de 5h da tarde, que não teriam médicos. Eu consegui terminar de resolver tudo 4:20h da manhã. Claro que nesse período de tempo nós já tínhamos tomado várias medidas, e em todo momento nós mantivemos a normalidade do atendimento. Então nós temos várias atuações que podemos fazer quanto a isso. A primeira é ligar para alguns profissionais e perguntar se eles têm disponibilidade. Nós fizemos isso e conseguimos um plantonista. Segundo ponto: nós avisamos o setor, reorganizamos o fluxograma desse atendimento, avisamos as unidades que fazem a retaguarda de apoio para que pudessem nos ajudar nesse combate, avisamos os plantonistas dos demais setores, reorganizamos todo o sistema para que fique de uma forma mais igualitária. Isso faz parte da urgência e da emergência. A urgência e emergência é muito dinâmica, eu posso estar aqui com os senhores e, Deus queira que não, mas acontece um acidente de grande porte, com quinze vítimas, essas pessoas, elas fatalmente vão chegar ao mesmo tempo no Grande Trauma, todos com

características graves, clínica grave, e nós temos que conduzir, ou pode acontecer de ser um dia tranquilo. Então, para tudo isso nós sempre temos que estar preparados, e a equipe ela não é engessada, ela é uma equipe dinâmica que está sempre disposta a dar o melhor, e todo mudo se ajudando.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, a questão aqui dos pagamentos, por exemplo, tem como um médico de outro setor, que o senhor chama de madrugada para vir atender, para vir ajudar, e a pessoa se dispõe, tem como, depois, trabalhar isso para o RH pagar aquele plantão extra para aquele médico?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Tem.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E isso já está regulamentado com as portarias?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Vocês estão tendo prejuízos financeiros depois que saiu a Coopebras?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor trabalhou na Coopebras e depois migrou para a seletiva, não é? Eu vejo aqui que o seu vencimento, hoje, os dois contratos, dão em torno de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), somando os dois, mensalmente, não é? Quando era que o senhor recebia pela cooperativa mensalmente? O número de plantões era similar?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Mais ou menos, em média, porque não é todo dia...

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Quarenta, cinquenta, por aí.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então melhorou?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Melhorou, porque houve uma valorização dos profissionais médicos que nunca houve antes. Nós começamos, por exemplo, os senhores hão de concordar que o ambiente do HGR é um ambiente insalubre, é um ambiente complexo de trabalhar. Nós tivemos profissionais jovens que faleceram por Covid, enfim. Então, a insalubridade a cooperativa nunca pagou, férias, décimo terceiro, nunca foram pagos. O salário, quando eu entrei, já era um salário x pela cooperativa, e esse salário nunca teve bonificações, aumentos, nada. E eu não posso precisar para vocês a época, porque eu ainda era estudante, mas há anos esse valor era o mesmo. Então, realmente, houve uma aproximação do valor, do valor de realidades de outros locais. Nós tivemos aí, em torno... eu posso citar vários exemplos aí, de profissionais amigos nossos que, por exemplo, na prescrição nós éramos em cinco médicos. A médica A, a médica B, e a C, elas saíram, migraram para locais que estavam com um financeiro melhor e outros se deslocaram para fazerem pós, especialização, enfim, então o nosso número de profissionais caiu bastante, caiu muito. Então, assim, foi uma forma de atrair novamente, porque não adianta, simplesmente, você ter um médico, ele tem que ser um médico qualificado, ele tem que ser um médico comprometido, e ele tem que estar animado para exercer suas funções, não é? Então, realmente, o valor, em comparação com o valor da cooperativa, houve alguns ajustes, como insalubridade, férias, décimo terceiro, isso não há de se negar. E o meu, aí eu vou entrar na particularidade do meu, o meu é emergencial, então ele não é o mesmo valor do Seletivo III e IV, que tem aqueles geats, que tem aquelas outras coisas. Entendeu?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Dr., mas esse seletivo emergencial, tanto o Governo Federal, que foi para a Covid, como o do Estado, ele concede garantias de férias, décimo terceiro?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Concede.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Concede?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Concede.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Está certo.

Eu estou satisfeita, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra, Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Presidente, Dr., todos que estão nos acompanhando pela TV Assembleia.

Dr., o senhor relatou algo que me chamou atenção, quando o senhor disse que o profissional médico não pode ser obrigado a ir para onde ele não quer. Então só para eu entender melhor, quando vocês fazem o seletivo, ou concurso para a área da saúde, já fazem com algo determinado, que proíbe, por exemplo: você é do trauma, então você só pode no trauma; você não pode atuar no Pronto Atendimento, você não pode atuar em uma outra repartição. É assim? Ou qual justificativa, se a Covid, por si só, seria a única justifica para que o médico recusasse estar no plantão, naquele horário, naquele período, atendendo a população?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Quando eu disse isso, eu quis dizer que o profissional ele não faz o seletivo. Não quer dizer que ele vá se recusar a ir para determinado local. A partir do momento em que ele fez a inscrição para um seletivo específico, como o da Covid, ou que ele fez a inscrição e foi homologado para trabalhar no HGR, ele vai trabalhar no HGR, ele vai trabalhar no trauma, no PA, onde for a necessidade do serviço. O que eu quis dizer, quando eu disse que eu não tenho como obrigar o profissional, eu não tenho como obrigar ele a fazer um seletivo, ou a fazer um concurso. Isso nós não temos como fazer. Têm muitos profissionais que deixaram de fazer a prova, por não terem interesse mesmo em trabalhar no local. Agora, a partir do momento em que ele está lotado, ele é um profissional apto a realizar as funções de acordo com a necessidade do hospital.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Entendi. Ou seja, então quem está lá, pode haver esse revezamento. O que o senhor quis dizer é que não pode, no caso, obrigar que ele faça seletivo específico para aquilo. É isso?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Eu não...é, por exemplo, é aberto um seletivo. Eu vou dar um exemplo para os senhores, existiu o Seletivo I, que era um seletivo exclusivo para a Covid. Todos esses profissionais foram lotados, tanto na porta de atendimento do PA (Pronto Atendimento), quanto na porta de atendimento do GT (Grande Trauma), visto que o HGR é o centro de referência no atendimento da Covid. O Seletivo II, também foi um seletivo Covid com as mesmas características. O Seletivo III já vem como um seletivo amplo, e nele existiam algumas possibilidades, como por exemplo, do profissional atuar como especialista, então ele já vai ser alocado de acordo com a necessidade dele. E no Seletivos I e II, muitos profissionais não fizeram esses seletivos, porque eles não tinham interesse em trabalhar na Covid.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Entendi. Doutor, uma reclamação constante que nós acompanhamos pelas redes sociais, que chegam ao nosso conhecimento em nossos gabinetes e que chegam também ao conhecimento desta CPI, que já foi abordado pelo Presidente e o senhor já deu uma explicação, mas eu queria apenas um complemento. É exatamente sobre essa questão dos plantões. Têm quatro médicos de plantões, mas quando o cidadão vai ser atendido, só se encontra um médico. Minha pergunta é: existe alguma flexibilidade de alguma maneira de o profissional estar de plantão, mas se não estiver havendo a necessidade naquele momento, ele pode ir para casa e ficar de sobreaviso ou estando de plantão, obrigatoriamente, ele tem que cumprir a sua carga horária no hospital, tendo demanda ou não?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Essa pergunta é mais complexa. Temos que dividir de acordo com a característica do plantão. Então, considerando o plantão presencial, não. Não há a possibilidade desse plantonista cumprir a carga horária dele em casa, porém existe uma série de variantes que temos que considerar. Por exemplo, nós não temos impressora em todos os consultórios. Então o profissional de saúde, a partir do momento que ele identifica um paciente que ele tem que internar, ele tem que ir para uma sala específica, que é a única sala que tem impressora, então, só aí ele irá se ausentar daquela sala. O profissional tem as funções fisiológicas dele. De acordo com a CLT, o profissional tem direito de descanso, já pré-pactuado, tem direito a jantar, almoço, intervalos pré-pactuados. Muitas vezes acontece de um paciente entrar, às vezes, ele não entra tão ruim, mas na evolução ali dentro do hospital, ele agrava. Está lá em uma maca no canto, sem o familiar, ninguém consegue trazer ele até o profissional, esse profissional não pode recusar o atendimento, então ele sai do seu consultório e vai até o paciente. Então assim, esse tipo de queixa que os senhores estão me dando é a minha rotina diária. Eu posso ter certeza que se eu abrir o meu celular aqui, já deve ter umas três dessa, e nós sempre vamos verificar, na esmagadora maioria das vezes, dos casos, de um dos médicos estar na prescrição, internando e o outro foi simplesmente ao banheiro. Outro está lá atendendo e o outro está na emergência, dando apoio a algum outro profissional. Entendeu? Então, nós ainda temos alguns passos que podemos evoluir para deixar esse profissional mais fixo no consultório. Agora, é claro que tem uma série de fluxograma, de medidas e de atitudes que nós tomamos, como direção, para que isso não aconteça. Então, assim, têm orientações para os profissionais seguirem os horários de descanso preestabelecido; para que ele, em hipótese alguma, deixe apenas um ou nenhum profissional nos consultórios, para que fique pelo menos dois, enquanto um estiver no descanso e o outro estiver atendendo uma intercorrência. Agora, é claro, é muito dinâmico. Às vezes têm dois profissionais na sala e a enfermeira fala: "Doutor, parada aqui", então o cara vai sair e vai lá atender. Vai acabar ficando apenas um profissional. Isso acontece, mas nós, ainda hoje, temos uma carência muito grande de profissionais. O que acontece é que, trabalhar na linha de frente igual o trabalho que fazemos, ele é um trabalho muito cansativo. Nós colocamos o máximo de médicos que a Sesau permite, nós tentamos dar condição de trabalho, mas sabemos que o paciente que vem da rua, ele é grave, é complexo, ele demanda muito

tempo, demanda uma energia física e mental muito grande de todos os profissionais de saúde. Então é um ambiente que é geralmente um dos últimos que os profissionais querem pegar, por uma série de fatores, e o salário é o mesmo. O meu salário é o mesmo que de um profissional que trabalha em um outro setor. Estou falando que é melhor trabalhar em outro setor? Não. Tanto é que um setor mais tranquilo irá ter um ou dois profissionais, mas isso é do gosto de cada um. Tem gente, por exemplo, um plantonista nosso da porta do GT, que não sai de lá nunca, adora o ambiente de trabalho, cada um...por exemplo: um advogado tem várias áreas de atuação, ele pode desejar, e cada tem seu direito e seu gosto. Mas o que acontece muito mais é isso.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Só para concluir e eu entender um pouco essa dinâmica, o senhor disse que está à frente do Pronto Socorro e do Pronto Atendimento e ainda tem os plantões noturnos.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Esses plantões noturnos são da carga horária da supervisão clínica.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Entendi. O senhor tem alguma equipe a seu dispor, sob o seu comando? Porque eu imagino que sua rotina seja muito puxada, o senhor deve, fisicamente, em algum momento o senhor irá desabar. Imagino que ao chegar em casa, é um pico de estresse muito alto. Como o senhor consegue administrar tudo isso? Porque imagino que seja uma carga horária muito pesada para o senhor. Tem alguma equipe que o senhor divide? Eu me refiro a isso, por saber que vocês são profissionais competentes, mas que, humanamente, vocês também são submetidos ao alto estresse da carga horária.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Temos uma equipe sim. Acima de mim tem a Doutora Débora, que já veio aqui com os senhores, tem o diretor técnico, tem a diretora clínica, tem eu, como diretor do Pronto Socorro e Pronto Atendimento. Temos os coordenadores e dentro desse grupo, ainda temos diretores e coordenadores das outras especialidades. Então, às vezes, é algum problema que eu repasso a demanda para a diretora e coordenadores de enfermagem, para o coordenador da fisioterapia. É uma rede muito grande de colaboradores, e eles se ajudam.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Em algum momento quando a coisa aperta, todo mundo que está ali naquele grupo, vai para a linha de frente?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Vai sim.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Mesmo nos seus postos, o senhor citou uma hierarquia, mas em algum momento já ocorreu, sobretudo nesse período tão extremo da Covid ou de outra situação extrema, todos acabam entrando na janela, naquilo que é necessário?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – De diretor para baixo, todo mundo entra. Assim, se a diretora-geral chegar a esse ponto, seria uma catástrofe muito grande, mas, assim, eu e os coordenadores, os coordenadores de enfermagem é rotina diária. Na verdade, temos que estar lá presencial, tanto é, que a minha dedicação é exclusiva, não tiro um centavo a mais do que isso aqui, não atendo domiciliar, não tenho consultório, nada, nada, nada. Minha dedicação é exclusiva a isso aqui. Então, se eu não realizasse uma dedicação exclusiva, com certeza alguma gafe ou alguma falha poderia ocorrer. É claro que eu tenho um suporte porque, realmente, é muito estressante, muito complexo, ainda mais nessa pandemia. Uma pandemia de uma doença que é totalmente imprevisível e traz consequências e condições que nós ficamos sem entender, até hoje, buscando tratamento efetivo, buscando melhores condutas mundialmente. Enfim, mas nós sempre seguimos protocolos internacionais, protocolos ditos do Ministério da Saúde, sempre temos uma rede muito grande para apoiar. Todos os diretores de unidade de grande porte, igual a mim, e os meus coordenadores abaixo, e os diretores e coordenadores de enfermagem, coordenadores de fisioterapia estão todos sempre juntos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Doutor, o senhor nos passou o contracheque do mês de março e abril. O senhor teria as escalas de plantões?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Tenho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Eu vou determinar à Secretária da CPI que junte aos autos a documentação que foi entregue pelo Dr. Raphael, que são os contracheques do mês de março e abril e as escalas de plantões dele e de supervisão clínica.

Doutor, para concluir, antes da Covid, qual era o tipo de ocorrência que tinha a maior demanda no Pronto Atendimento e no Trauma?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Trauma, geralmente, politraumatizado, acidentes automobilísticos...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Percentualmente, de cada cem pacientes que chegavam na sua área, tanto no PA quanto no Trauma, quantos por centos, mais ou menos, de acidentados de trânsito? Não tem um estudo lá?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Não sei dizer ao certo. Tem um estudo lá, mas o responsável por esse direcionamento seria o próprio Same e o Núcleo Interno de Regulamentação do hospital, eles conseguem dar essas informações.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu pergunto isso, porque eu me recordo de quando eu fui Comandante da Polícia Militar, de cada cem ocorrências atendidas pela Polícia Militar, aqui na capital, oitenta e duas, percentualmente, eram acidentes de trânsito. Claro que muitos desses acidentes, eram apenas com danos materiais, mas, com certeza, percentualmente, era importante o índice de pessoas que iam para o Pronto Socorro. Com a pandemia, diminuiu o número de acidentes de trânsito?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Depende das medidas de restrição. Em alguns momentos as medidas restritivas foram um pouco maiores, proibição de restaurantes e afins, acabou tendo um pequeno impacto, só que essas medidas foram necessárias, justamente porque o trauma e o PA estavam abarrotados de pacientes entubados, graves, não tinha nem onde colocar. Conforme vai dando uma diminuída na pandemia, algumas medidas de abertura, que são definidas e as pessoas circulam mais, aí volta...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aconteceu esse fenômeno, a diminuição de pessoas acidentadas nesse período?

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Em alguns momentos, sim, mas é muito dinâmico. Porém, se pegar de uma maneira geral, sim, nós observamos que aconteceu alguns momentos de menor procura por traumas, acidentes de trânsito, vítimas de violência, isso chegou a acontecer sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutor, os questionamentos que os deputados entenderam necessário fazer, já foram feitos, o senhor já respondeu. Antes de liberá-lo, vou solicitar para que o senhor assine o seu Termo de Comparecimento por depor nesta CPI, logo em seguida o senhor já estará liberado. Obrigado, doutor, pelo comparecimento. Até uma próxima oportunidade.

O Senhor **Raphael Antônio Brunelli** – Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Solicito à assessoria, que conduza a essa sala o próximo depoente, Dr. Antônio.

Bom dia, Dr. Antônio Adenildon. Seja bem-vindo a CPI da Saúde. Nós vamos proceder à leitura da sua Ficha de Identificação, caso haja alguma inconsistência, o senhor, por favor, nos informe.

Ficha de Identificação. Nome: Antônio Adenildon Santos Delmiro. RG 22282494-8 SSP/MA. CPF 705.811.422-68. Filiação: Maria Lurdes dos Santos Delmiro e Raimundo da Silva Delmiro. Data de Nascimento: 06/06/1982. Médico. Brasileiro. Solteiro. Residente do bairro Liberdade.

Dr. Antônio, o senhor foi convocado por requerimento, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, para prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, sobre as escalas de plantão nas unidades de saúde do Estado.

Estou aqui acompanhado do deputado Evangelista Siqueira, que é membro desta CPI, e da Deputada Lenir Rodrigues, membro. Como senhor vai ser ouvido como testemunha, é necessário prestar o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado. O senhor presta esse compromisso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Com certeza.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Informo ao senhor que seu depoimento será registrado através de gravação de áudio, vídeo e em CD-ROM. Também está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia. O senhor tem alguma objeção?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não, nenhuma objeção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esta CPI foi instalada em razão de denúncias formuladas por um ex-secretário de Saúde, dizendo que havia diversas irregularidades no âmbito daquela pasta, em contrato e prestação de serviços, plantões, enfim, e isso fez com que esta Casa aprovasse a instalação de uma CPI. Quando aprovada, fomos designados para proceder a investigação. Sou o Deputado Coronel Chagas, Presidente da CPI, que conta com sete integrantes. O Relator é o deputado Jorge Everton, que não está presente por problemas de saúde na família. O vice-Presidente, é o Deputado Nilton Sindpol, que hoje amanheceu com problema de saúde. A sua convocação, como falei, por requerimento do deputado Nilton, foi feita em razão de denúncias, principalmente, relacionadas a contracheques que circularam nas redes sociais, dando conta de que alguns profissionais estariam recebendo acima do teto constitucional.

Nós vamos proceder da seguinte forma: os deputados que tiverem algum questionamento a fazer, farão e, ao final, se o senhor tiver

alguma coisa a mais a acrescentar, o senhor poderá fazer, trazer algumas informações a mais que puder contribuir para o objeto dessa investigação. Vamos começar, Dr. Antônio, com o seguinte questionamento: o senhor é médico contratado pelo seletivo ou é efetivo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sou efetivo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não tem nenhum contrato seletivo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não, nenhum.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu cargo efetivo é... apenas um vínculo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Apenas um vínculo de cirurgião geral.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Qual é a sua especialidade?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Cirurgião Geral. Cirurgia geral, no caso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu concurso foi para essa especialidade, ou foi para clínico geral?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Essa especialidade de cirurgia geral.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Qual a carga horária desse contrato efetivo do senhor?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Quarenta horas semanais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - No mês de março, qual foi a sua remuneração?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – No mês de março, veio a menor. Recebi só o salário base de R$ 13.000,00 (treze mil reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor só recebeu isso do Estado?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E no mês de abril?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – No mês de abril, veio...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor teria os contracheques em mãos, aí?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Peguei ontem, na Segad, a Ficha Financeira, que diz o total de R$ 143.508,00 (cento e quarenta e três mil e quinhentos e oito reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor poderia nos disponibilizar o espelho? Esse aqui é do mês de ...

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Abril veio junto, referente ao mês anterior, produtividade, referente ao mês anterior, e o mês...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aqui estão os quatro meses do ano, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim, pedi logo todos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o mês de abril, que é o que tem o valor de R$ 143.00,00 (cento e quarenta e três mil reais), pelo que entendo, deu-se em razão de os plantões dos meses de janeiro, fevereiro e março terem sido pagos juntos, no mesmo contracheque?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Isso. Além disso, teve uma produção que veio como extrateto, tem o Parecer da Procuradoria-Geral do Estado, existe uma portaria publicada pela Sesau que autoriza esse plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tudo bem. O seu vencimento efetivo é de R$ 16.982,00 (dezesseis mil novecentos e oitenta e dois reais). Esse é o seu salário, correto?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O que acresce aqui, são os plantões que o senhor tira.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Os extras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, nós teríamos aqui o mês de abril um valor em torno de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) que são referentes aos plantões desses quatro meses. Correto?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O que corresponde por algo em torno de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês, de plantão. Correto?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Correto. Então, seria correto dizer que dois terços do seu vencimento é correspondente a plantões tirados.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu vínculo de cargo efetivo lhe obriga a tirar quantos plantões por mês? Só o vínculo, para o senhor ter direito ao salário de R$ 16.982,00 (dezesseis mil novecentos e oitenta e dois reais) que está previsto aqui?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Só explicando, adiantando aqui. Em saúde não é viável cumprir carga horária como outros serviços, é viável em plantões, porque a unidade não pode ficar desassistida. Então, as quarenta horas semanais são convertidas a 13 plantões mensais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, seria correto lhe afirmar que o senhor, em razão do cargo, do seu concurso, do cargo efetivo que o senhor tomou posse, o senhor tem obrigação de tirar 13 plantões por mês?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Esse valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), aproximado, que o senhor recebe a mais por mês aqui, seria de outros plantões além dos treze?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Seria de outros, mais os treze, gratificação, insalubridade inclusos, também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Que tipo de gratificações seriam?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Foi feita uma lei no Conselho Estadual de Saúde, um projeto de lei que veio para esta Casa onde foi aprovado onde existe a portaria que gratifica o plantão devido ao defasamento do valor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Além do valor do plantão, tem mais um acréscimo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É. Porque se for dividir treze plantões pelo valor do salário, dá em torno de R$ 1.000,00(mil reais) um plantão. Hoje, em nenhum local do Brasil temos plantão médico por esse valor. Então, existe uma gratificação em cima do valor do plantão, além da insalubridade. Qualquer plantão médico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vamos ver se eu estou conseguindo entender. Pelo seu contato, seu vínculo efetivo, o senhor recebe R$ 16.982,00 (dezesseis mil novecentos e oitenta e dois reais) e para isso, o senhor tinha treze plantões, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. Além desse salário de R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), o senhor recebe em média mais R$ 30.000,00 (trinta mil reais) de plantões. Perfeito?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Perfeito.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, seria correto afirmar que o seu salário seria em torno de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) por mês.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esses atrasados saíram em abril, e foi o que chamou a atenção e foi divulgado, enfim... o senhor tira quantos plantões para fazer jus a esses R$ 30.000,00 (trinta mil reais) a mais?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – No valor atualizado dos plantões, hoje, um médico especialista terá que fazer vinte plantões para atingir o teto constitucional.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vinte plantões.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – No total, os treze e mais sete para atingir o teto constitucional.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não é essa a nossa pergunta. O senhor recebe o salário de R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), pelo seu cargo efetivo no qual o senhor deverá tirar treze plantões. Correto?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Essa é a sua obrigação e o estado não terá que lhe pagar nada a mais que isso, pelo o que estou entendendo. Se o senhor não tirasse nenhum outro plantão a mais, só os treze, o senhor receberia apenas os R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais). Perfeito?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Porém, o seu contracheque traz mais R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Para o senhor fazer jus a esse valor, quantos plantões a mais, o senhor tem que tirar, por mês?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Mais sete.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Só mais sete?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quer dizer que para receber R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), o senhor tira treze e para receber mais R$ 30.000,00 (trinta mil reais), o senhor tira só mais sete?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Desculpa. Eu tinha entendido que era para completar os R$ 30.000,00 (trinta mil reais). O senhor fala do excedente, não é?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acompanhe a minha linha de raciocínio. Estou tentando entender o seu contracheque. Estou vendo que o senhor recebe R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), de salário efetivo, referente ao seu cargo efetivo. Para isso, o senhor tem a obrigação de tirar treze plantões de doze horas. Correto.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Se o senhor tirar só esses treze plantões, o senhor vai receber só esses R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. Mas, havendo a necessidade, a administração poderá convocá-lo para tirar mais plantões. E aí eu vejo no seu contracheque que o senhor tem em média mais R$ 30.000,00 (trinta mil reais), além desses R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), de plantões, quer seriam os plantões extras, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Certo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu quero entender como é que se chega a esse valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Por dezessete plantões por mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – o senhor tira mais dezessete?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, com os treze que o senhor é obrigado a tirar pelo cargo efetivo, o senhor tem em média trinta plantões de doze horas por mês. O senhor tem algum outro vínculo com outra entidade de saúde, tipo...

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Prefeitura Municipal de Boa Vista, sou concursado também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Concursado, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim, vinte horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E isso corresponde a quantos plantões por semana?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Um plantão por semana.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Um plantão, apenas?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Na verdade, até ultrapassa, porque um dia tem vinte e quatro.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor tira um dia, lá?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Isso. Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o senhor trabalha onde, lá?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – No Hospital da Criança, em plantão de sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nesse contrato que o senhor tem com o Estado, em qual setor o senhor trabalha?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Nas unidades de saúde, onde há necessidade, não somente no HGR. HGR, Hospital das Clínicas, Cosme e Silva e Maternidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Em relação... o senhor tem algum outro vínculo com algum hospital particular como Unimed, Geap?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não tenho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Consultório particular?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Atendo, também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Os seus plantões nas unidades de saúde do Estado, são em qual período?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É variado, conforme a necessidade da escala.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu plantão é presencial ou sobreaviso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – A maioria é sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quais são as unidades, especificamente, em que o senhor tem tirado plantões?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Tiro no HGR, Hospital Cosme e Silva e na Maternidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu plantão é para atender pacientes ou específico para cirurgias?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Para cirurgias. Somente para cirurgias. Sou acionado quando o paciente tem alguma queixa que haja a possibilidade de ser submetido a medidas de cirurgia. Eu avalio e indico ou não a cirurgia. Inicialmente, o clínico avalia o paciente na área da entrada...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não tira plantão de sobreaviso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Tiro plantão de sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O seu plantão é mais sobreaviso do que presencial?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Como funciona esse plantão de sobreaviso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Eu fico com a disponibilidade. O telefone fica ligado vinte e quatro horas, e se ele tocar, sou acionado e eu vou e avalio o paciente, e se tiver indicação cirúrgica, eu opero; se não tiver, libero, oriento, faço a prescrição do paciente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Já aconteceu de o senhor estar de sobreaviso e não ser acionado nenhuma vez?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Já, mas, é difícil. Por exemplo, ontem eu estava na Maternidade, fui acionado para ver uma criança lá com hipertensão pulmonar, fiz um procedimento, inclusive difícil, pois tive que fazer um segundo procedimento, porque não consegui no primeiro. Era dissecção de veia que a enfermagem não conseguiu pegar e a criança precisava de medicação, e quando não conseguem, o cirurgião tem que ir lá e fazer essa dissecção. Tentei inicialmente na axila, não consegui, porque era uma criança muito pequena, RN de baixo peso, e fui para a jugular, dissecar o pescoço da criança e pegar uma veia no pescoço, uma veia mais calibrosa. Mas, não é comum a gente não ser chamado, quase sempre a gente é chamado. Hoje a demanda está muito grande, o estado cresceu muito. Tem a imigração venezuelana, então é muito raro você não ser chamado no sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dr. Antônio, existe diferença do valor do plantão do clínico para o valor do plantão do especialista?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Existe.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor fez o concurso para clínico ou especialista?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Para especialista.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Qual o valor do plantão do especialista?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – R$ 1.753,00 (mil setecentos e cinquenta e três reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor faz parte da diretoria do sindicato?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sou o presidente do sindicato dos médicos de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Como atua o sindicato dos médicos em relação à elaboração das escalas de serviços?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não atua de forma nenhuma, o que o sindicato faz é negociar valores, inclusive, fomos nós que conseguimos essa melhoria na saúde pois, estava ultrapassada há mais de dez anos no salário, sem nenhuma atualização. Na escala, não tem interferência nenhuma, nem na minha própria escala eu interfiro. Eu sou escalado pelo meu próprio chefe, meu coordenador, então, não existe essa interferência.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quantos membros a diretoria do sindicato possui? O senhor poderia dizer e quem são os membros?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Agora, de cabeça, não tenho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É uma diretoria grande?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É grande, tem mais gente do que ... é pelo estatuto, não é?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quantos membros mais ou menos e quantos médicos sindicalizados há no seu sindicato?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Acho que são dezesseis. Com o meu trabalho, o pessoal está vindo muito, eu comecei com oitenta médicos e não parei ainda para contabilizar, mas, já tenho mais de trezentos médicos sindicalizados.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Seria errado afirmar que os membros da diretoria teriam os contracheques com um maior salário em razão dos plantões tirados?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É incorreto afirmar, pois, não existe nem benefício de plantão e nem de valor porque o valor é fixo, ou você é especialista ou você não é. Se você é clínico recebe R$ 1.523,00 (mil quinhentos e vinte e três reais), se você é especialista, recebe R$ 1.753,00 (mil setecentos e cinquenta e três reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Existe uma denúncia de que alguns médicos, um grupo de oito a dez médicos teria privilégios na definição de um número maior de plantões para tirar, e que isso daria um *upgrade* no contracheque mensal desses médicos, e, por coincidência eles seriam todos membros da diretoria do sindicato. Isso procede? Lembre-se que o senhor está aqui na qualidade de testemunha e tem a obrigação de falar a verdade.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não procede e, inclusive, todas as pessoas que eu já tive ciência de que foram intimados para vir aqui devido ao salário alto, nenhum faz parte da diretoria do sindicato. O único que está vindo aqui, hoje, sou eu que faço parte, por coincidência, do sindicato.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então essa informação, na sua avaliação, não procede?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não, não procede.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quantos procedimentos cirúrgicos o senhor já fez no período noturno?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – De três a quatro, procedimento maior de cirurgia, que vai para o centro cirúrgico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu falo, assim, no período de janeiro para cá. O senhor só é acionado no período noturno do seu plantão quando tem um procedimento cirúrgico para fazer, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto. Não só o procedimento, eu avalio também. O clínico não está habilitado para indicar o procedimento, ele suspeita uma provável indicação cirúrgica, mas, quem define mesmo é o cirurgião. Ele avalia, apalpa o paciente, examina, vê o histórico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, mas nesse período, então, que o senhor foi acionado para fazer cirurgia, de janeiro para cá, depois da entrada em vigor da nova Lei que dá direito a esses plantões de sobreaviso, enfim, o senhor saberia dizer quantas cirurgias o senhor realizou no período noturno?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Hoje em um plantão de cirurgia geral, realiza-se em média quatro cirurgias por plantão, ou seja, em média de oito emergências por dia, duzentas e quarenta por trinta dias. Quantos meses você quer?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – De janeiro para cá, até o mês de abril, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – A demanda é muita alta.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Duzentas e quarenta cirurgias por mês, o senhor faz?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Não eu. Eu não estou todos os dias na escala.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, estou dizendo o senhor. Estou perguntando do senhor, do seu plantão.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É assim, deputado, não sou eu que escolho o dia que eu trabalho, principalmente nesses dois últimos meses. Não estou escolhendo o dia que eu trabalho. Tem a necessidade, a escala está com um buraco devido à transição, aí ...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu vou tentar ser mais objetivo na minha pergunta. O senhor tira plantão de sobreaviso, correto?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto. São de três a quatro cirurgias por plantão de 12 horas. Há uma média de três a quatro cirurgias em qualquer cirurgião, não é só eu, não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor tira quantos plantões de sobreaviso por mês? Ainda a pouco o senhor me falou que tirava mais dezessete, não é?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Só para o senhor entender: eu já tirei plantão e não recebi, porque tinha a necessidade de cobrir a escala, não agora, mas, já aconteceu de o médico ter que tirar, porque não vai deixar ninguém morrer, a gente é médico. Então, assim, por várias vezes eu tirei plantão e não recebi. Inclusive ...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dr., entenda o nosso objetivo. A gente está buscando esclarecer, a gente não está acusando ninguém aqui de nenhuma irregularidade, a gente está apurando. Então, houve um clamor na sociedade roraimense de que alguns profissionais de saúde estariam recebendo acima do teto constitucional que o servidor público pode receber, e, alguns, bem acima, mais de R$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês. O senhor já nos explicou que esse contracheque de abril chegou a esse valor porque os meses de janeiro, fevereiro e março não foram lançados no contracheque por questões administrativas, de RH, enfim, os valores correspondentes aos plantões extras. Agora, nós estamos procurando entender como se dão esses plantões, como eles são realizados, se efetivamente é uma conta prestação de serviço ou se na maioria das vezes a pessoa não é acionada, porque a sociedade quer saber disso. Esse é o objetivo aqui. Então, não nos entenda mal. Eu fiz uma pergunta ao senhor, no sentido de nos informar, em média, quantos procedimentos cirúrgicos o senhor faz por plantão noturno, das 19 às 7 horas da manhã, para entender se o custo benefício do valor desses plantões para o estado, para o bolso do cidadão roraimense, porque esse dinheiro aí é do cidadão, são os impostos que a gente recolhe. Então, eu quero entender o custo benefício. Eu tenho os profissionais de saúde e diversas especialidades que recebem o plantão. Vamos falar aqui no caso do plantão de sobreaviso dos especialistas. São realizados muitos procedimentos cirúrgicos à noite?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – São também, durante o dia e à noite.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Independente de horário, sempre tem?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sempre tem. É porque é doença né, aí não tem como. Não é eletivo, não é programado, chega e tem que fazer. Chegou duas da manhã, tem que fazer; chegou cinco da manhã, tem que fazer, chegou seis e meia, está acabando meu plantão, eu coloco na sala, aciono o seguinte e digo que estou entrando na sala e espero o próximo chegar para me substituir e começo a cirurgia, pois, não dá para esperar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Existem dois valores do plantão, um do plantão presencial e um do plantão de sobreaviso. É isso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Correto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Existe diferença? Qual é o valor do presencial?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – O presencial é R$ 1.753,00 (mil setecentos e cinquenta e três reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Isso para o especialista?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o do sobreaviso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – 60%.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – 60% disso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Na anterior, eu soube que era mil oitocentos e pouco o do sobreaviso.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não, mas aquele lá é outra especialidade. Aquele lá é seletivo de Covid, não tem nada a ver com esse caso.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É porque é muita coisa. Existe também a subespecialidade ...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o sobreaviso é menor no caso do plantão presencial do servidor efetivo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – Para algumas áreas, para a subespecialidade, não. Por quê? Porque se o fluxo é alto, se a pessoa trabalha muito, como a Dra. Débora falou aqui, tem especialidades que chama muito, como se tivesse presencial, então, teve a portaria publicada, dizendo que aquele valor seria cheio, porque a demanda é alta.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o plantão daquele médico que está ali no Pronto Atendimento, recebendo na portaria o pessoal é inferior ao plantão do sobreaviso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É, porque ele é menos capacitado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Estou entendendo, mas, têm vezes que o médico de sobreaviso nem é chamado. Existem casos. Não seria injusto para aquele que está ali, atendendo no dia a dia, mais exposto à Covid-19 e a tudo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro** – É, mas quando ele vai também... vou dar um exemplo: o neurocirurgião, uma neurocirurgia é R$ 100.000,00 (cem mil reais). O cara está lá, disponível, por R$ 1.753,00 (mil setecentos e cinquenta e três reais) e realiza a cirurgia de emergência, entendeu? Se fosse cobrar ...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Presidente, temos que lembrar que o outro depoente é clínico, não tem pós, não tem graduação, não tem nada, é só o clínico que fez o curso de medicina.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É, mas no meu entendimento, deveria ter um... veja bem, quem está mais na linha de frente, no batente, é aquele que está ali no plantão, no dia a dia, 24 horas ou 12 horas o seu plantão, aí vem o outro e está ali presencial. O médico que fica de sobreaviso, claro, tem sua especialidade, mas, ele é menos

demandado. E recebe mais para ficar em casa, aguardando uma chamada. E, não seria mais justo ter um valor, isso no meu entendimento, se aqui está R$ 1.700,00 (mil setecentos reais) o cara está de sobreaviso? Vai ganhar mil. Mas, se ele for chamado para uma cirurgia, foi chamado duas vezes, três vezes, aí ele vai acumulando isso, entendeu, vai acumulando até chegar em um teto que deveria ser definido. Porque, hoje, nós já estamos vendo profissionais de saúde recebendo duas vezes o valor do teto constitucional no serviço público. Eu vou ver se a gente consegue buscar um balizamento no País, de quanto está isso. Prestam um grande serviço à sociedade, mas também, têm diversas outras categorias que também prestam um grande serviço, mas, o teto constitucional é de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), nada impede de o profissional de saúde receber mais, mas o serviço público, a legislação brasileira permite R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Presidente, eu entendi que o profissional ali, no depoimento anterior, é um clínico geral. Ele mesmo explicitou que não tem nem pós. Então, ele está ali para o feijão com arroz. Na minha opinião, estou entendendo o Dr. Antônio, que é diferente. Um clínico geral que vai atender qualquer coisa que apareça no pronto socorro e dali é que ele vai avaliar e chamar o especialista, como um especialista neurocirurgião, que se ele errar um negocinho lá, ou a pessoa fica doida ou morre. Então, na minha opinião, a SESAU está certa em pagar melhor a esse que estudou mais, a esse que é o especialista do especialista, que vai fazer uma cirurgia, que vai achar uma veiazinha ali e se errar ou deixa o cara doido ou falece na hora. Então, na minha opinião, tem que pagar melhor mesmo esse especialista ali, porque, às vezes, o cara se esborrachou, largou a juventude, a vida toda fazendo uma especialização. Acredito que só a especialização é pior do que um doutorado. Digo isso, porque meu filho é médico, então, têm especializações que é pior do que um doutorado. Então, acho até que essa modalidade aí é certa. Para a população entender, como o presidente colocou, nós não estamos fazendo caça às bruxas e nem querendo criminalizar os médicos. Eu estou entendendo que, como nós temos falta de médicos especialistas aqui e muita gente foi embora... o meu filho fez o concurso quando teve o concurso, e deixou de ganhar R$ 30.000,00 (trinta mil reais) aqui em Roraima para continuar no exército concursado, ganhando R$ 7.000,00 (sete mil reais), por quê? Porque ele foi para Pacaraima e quando chegou lá, viu que não tinha condições de salvar uma vida no hospital, e me disse que não iria arriscar a carreira dele pelo dinheiro. Ele me disse que as pessoas iriam morrer nas mãos dele por causa de uma besteira. Então, eu entendo a urgência da Sesau em agarrar e pagar com plantão por causa dessa situação que nós estamos vivendo, para a população não pensar que um médico está ganhando horrores, acima do teto constitucional. É como a Dra. Débora disse no depoimento dela: a vida não tem preço, não tem valor. Eu fiquei foi com pena, ainda agora, do médico que estava aqui, sinceramente, porque o cara não tem vida, trabalha dia e noite, sábado, domingo e feriado. Então, acho que a população que critica e coloca nas redes sociais, não sabe que ela pode cair lá no HGR nas mãos desse rapaz que não tem sábado nem domingo e nem feriado, que fica até às quatro da manhã, cinco da manhã, atrás de um colega adulando gente. Vejo que, como nós deputados sabemos que têm famílias adulando a gente para conseguir uma UTI, para conseguir uma bala de oxigênio, lhe incomodando de madrugada, incomodando a gente; a gente acordando de madrugada feito louco, imagina eles que estão na linha de frente. Então eu acho que a gente também aqui na CPI tem que desmitificar isso, porque parece que eles estão ricos, sem fazer nada. Então, nós vamos apurar e se estiver gente ganhando sem trabalhar é uma coisa, agora quem está trabalhando e se esborrachando, é outra coisa. Então, nesse caso eu entendi Presidente, mas eu acho que esses especialistas, como é o caso dele aqui, a gente tem que ver o quanto eles estudaram para poder fazer uma cirurgia lá, que eu não entendo. Mesmo eu sendo leiga nessa área, eu vejo que um neurocirurgião tem que ganhar mais que um simples clínico. Porque meu filho ganhava menos quando ele era só clínico, agora ele é anestesista, a tabela dele é maior, porque ele não mora aqui, ele trabalha no Paraná. Então, eu entendo desta forma, mas eu queria aproveitar e fazer duas perguntas. Quanto tempo o senhor está na presidência do sindicato?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro –** Estou no segundo mandato. São três anos de mandato e o presidente teve que se afastar para assumir cargo público, daí eu fiz um ano do mandato anterior, estou no segundo desse, então, estou há cinco anos no sindicato, sendo que dois, como tesoureiro e três como presidente. Para complementar, porque tem a ver com o assunto, o nosso sindicato tem direito a três horas da carga horária de ser cedido para o estado para exercer o cargo de presidente.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Então, o senhor teria três horas?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Sim. O sindicato não tem nenhum cargo cedido para o sindicato. Inclusive eu cumpro meus treze plantões na assistência, porque falta médico todo mês, e eu poderia não cumprir, porque, legalmente, eu tenho direito. Eu cumpro há cinco anos os treze plantões.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- E depois que o Governo do Estado de Roraima não renovou o contrato com a cooperativa, eu lhe pergunto... porque eu também observo aqui na CPI o seguinte: às vezes o presidente está fazendo uma pergunta aqui para um e o outro está ali assistindo a oitiva do na televisão. Hoje foi diferente, Presidente. Hoje, quem estava sendo ouvido aqui, ele não estava ouvindo o que o outro estava dizendo, aqui. Eu fui lá fora e vi que ele não estava ouvindo. Então eu lhe pergunto: depois dessas mudanças com o seletivo da Sesau, melhorou ou não a remuneração com a saída da cooperativa?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Melhorou, mas, ainda está em processo de organização, ainda.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- E depois desse seletivo, teve médicos de outros estados vindo para cá?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Sim teve, vieram de fora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- O senhor acha que o novo seletivo contribuiu para que novos profissionais viessem para cá?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Foi necessário, inclusive foi uma demanda do sindicato junto à Sesau, cobrança diária de ter seletivo para contratação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Muito bem, eram essas as perguntas e considerações, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O senhor nos informou que tem um vínculo efetivo com o Estado. O senhor não tem seletivo no estado; e tem um cargo efetivo no Município e não tem nenhum contrato com empresa privada, mas o senhor tem seu consultório, também. O senhor tem alguma outra atividade, além dessas ou que ocupe outra área de atuação?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Não, como médico, não. Tenho uma empresa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O senhor consegue administrar bem o seu tempo para atender tudo isso?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Não sou eu quem administro a empresa, é administrada por membros da minha família.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O senhor trabalhou na Coopebras, também, antes?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Sim, trabalhei.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Durante quanto tempo?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Desde 2007, desde quando formei. Esses salários, só justificando assim, não é só meu. Esse salário era dezesseis e de repente aumentou, justamente devido a Coopebras. A Coopebras supria todos os plantões e todos os buracos que tinham nas escalas, e com o fim dela, o Estado teve que pagar diretamente, automaticamente. A folha da cooperativa era de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Essa folha não era de plantão, era para estar realizada, ela teria que ir para algum lugar, ela vai para o Estado. Então, as contas estão vindo altas, mas o Estado já gastava isso, inclusive está prevista na lei, que foi aprovada aqui, foi apenas conversão do valor contratado para uma empresa convertido para o estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O senhor tem hoje uma remuneração em torno de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco e cinquenta mil reais) por mês, somando os dois, dependendo da quantidade de plantões. Quando o senhor era profissional contratado pela Cooperativa, o senhor já tinha o cargo efetivo. Então, da cooperativa, quanto era mais ou menos a sua remuneração?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Então está equiparado, hoje.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Então, foi o que eu falei, só uma transferência. Eu recebia de uma forma, agora estou recebendo diretamente do Estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O Doutor que ouvimos antes, teve um aumento de mais de dez mil, deve ser pelos números de plantões que está tirando a mais.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Porque é assim, a gente faz o plantão, conforme a demanda. Não é assim: Ah, hoje eu quero dez ou vinte plantões. Tem a escala: se faltam médicos hoje, inclusive na outra... na terça-feira, não existe essa denúncia, aqui, de que

não tem plantão para médico, pois falta médico na porta do Trauma, no Pronto Atendimento, no Cosme e Silva, falta médico em Rorainópolis. Então, não existe essa denúncia que estamos escolhendo médico para fazer plantão. O médico que quiser fazer plantão pode subir à Sesau, porque está faltando. É uma cobrança que a Sesau tem comigo, como eu estou negociando valores, então questionam: Antônio, eu estou melhorando os plantões, cadê os médicos? Só que não tem. Eu fico nesses plantões todos aí, não é porque eu quis. Eu não quero estar de plantão nos finais de semana. Inclusive eu saí dos plantões todos do HGR, aí houve a demanda da maternidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Existe uma reclamação, pelo que o senhor está falando, de médicos que querem tirar plantão, mas que não conseguem plantão. Isso procede?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Existe o colega que chegou hoje e quer escolher o plantão.

O Senhor **Presidente Coronel Chagas**- O que o senhor quer dizer com o colega que chegou hoje?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- É o colega mais novo. Eu tenho plantonista que está há dez anos na escala e não me dá problema nenhum, aí eu vou tirar ele para colocar outro? Não. Não dá problema, chega no horário, cumpre as obrigações, não tem reclamação. Mas, tem outro plantão na porta, pode fazer. Está faltando médico na porta. É mais ou menos isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Então, onde está faltando médico é na porta?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- É o plantão mais pesado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- É considerado o plantão mais pesado e de valor menor?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Não. É o mesmo valor, só que mais cansativo, mas tem acontecido essas coisas de maneira pontual.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O senhor diria que há uma insatisfação por parte da categoria com relação aos plantões e valores?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Não, está tudo dialogado. Existe um grupo que eu criei do sindicato, coisa que eu tenho o poder para decidir sozinho, mas eu decido no grupo, tudo em votação. Inclusive, alguns dizem: Antônio, você é muito democrático, coloca coisa demais, coisa que você podia resolver, como presidente. Mesmo assim, eu coloco.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Doutor, o senhor falou que o contrato que o estado gastava investia para a contratação de médicos, para plantão com a cooperativa e era em torno de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) por mês. Hoje, para fazer esse mesmo tipo de contratação, está gastando quanto?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Eu não tenho acesso. A cooperativa, eu sabia porque ela divulgava para todo mundo, inclusive, antigamente, a gente não tinha acesso. A gente tinha vinte anos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Então, nós vamos fazer de outra forma aqui a pergunta. Quando era cooperativa, nós tínhamos quantos médicos tirando plantão nas unidades de saúde? E quantos médicos existem hoje tirando o seletivo, são números iguais ou diminuiu?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- A quantidade é a mesma. Devido à Covid, e isso foi no Brasil inteiro, houve a necessidade de mais médicos, devido a chegada de mais pacientes ao mesmo tempo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Então, a quantidade é a mesma.

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Sim a mesma, só mudou a fonte pagadora, que saiu de uma empresa para ser diretamente do Estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O Senhor é chefe do setor cirúrgico, coordenador, como é o nome lá?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Só do Centro Cirúrgico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- É diretor?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Só coordenador, não remunerado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Lá, então o senhor organiza as escalas de serviço do setor cirúrgico?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Não, só das cirurgias. Criei um grupo também, que não existia, em que estão todos os coordenadores de todas as especialidades: chefe da farmácia, chefe da esterilização, por quê? O mapa saia no dia anterior e se estiver faltando alguma coisa, alguém coloca no grupo para que nenhuma cirurgia seja cancelada. Então, eu só organizo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- O diretor do Pronto Atendimento do Trauma, Doutor Raphael, nos informou, após eu fazer uma colocação a ele, de que ontem só tinha um médico atendendo no PA, e ele me informou que ocorreram faltas ontem, duas faltas. O senhor tem este tipo de problema também, na parte do setor cirúrgico?

O Senhor **Antônio Adenildon Santos Delmiro**- Não tem, por ser uma especialidade cirúrgica, com menor número, a gente organiza. Quando alguém não pode ir eu converso com o colega e o colega assume e acaba não faltando médico, mas chegou a faltar em Rorainópolis, teve a demanda judicial para o Ministério Público, mas já está sanada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Doutor, eu agradeço o seu comparecimento. Eu vou pedir que o senhor assine o seu termo de depoimento e logo após, o senhor estará liberado.

Eu agradeço a todos os servidores da CPI pela contribuição para mais uma reunião. Eu informo aos deputados que a próxima reunião será na próxima terça-feira, ocasião em que será ouvido o Doutor Marcelo Lopes, ex-Secretário de Saúde. E não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada mais esta reunião da CPI da saúde.

Coronel Chagas
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO Nº 0138/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar os afastamentos dos servidores abaixo relacionados para viajarem com destino a Comunidade Napoleão no Município de Normandia/RR, saindo no dia 26.05.2021, com retorno no mesmo dia, para acompanhar a deputada Lenir Rodrigues na abertura do curso Capacitação Legal e fazer cobertura jornalística para a TV ALE sobre o referido evento.

Matrícula	Servidor
23229	Disnerley Maia Moraes
19232	Francisco Guilherme do Nascimento Simões
25416	Tiago Torres da Rosa Orihuela

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de maio de 2021.

Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
Superintendente-Geral
Matrícula n° 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0139/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Convalidar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, no dia 21.05.2021. sem pernoite, que viajaram para acompanhar o Excelentíssimo Senhor Deputado **Francisco dos Santos Sampaio (Presidente)**, em visita realizada ao Município de Mucajaí e suas Vilas, e para fazer cobertura jornalística para a TV ALE/RR.

Matrícula	Servidor
23356	Beatriz Prill Nascimento
23229	Disnerley Maia Moraes
11746	Rondinele da Silva Esbell
14600	Sônia Lúcia Nunes Pinto
21383	Vanessa Souza Brito

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de maio de 2021.

Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
Superintendente-Geral
Matrícula n° 25567 / ALE/RR